



WWF

ESTUDO

BR

2017



**Perfil socioeconômico e ambiental  
do sul do estado do Amazonas:  
Subsídios para Análise da Paisagem**



# FICHA TÉCNICA

---

## WWF-Brasil

### Diretor-Executivo

Maurício Voivodic

### Coordenador do Programa Agricultura e Alimentos

Edegar de Oliveira Rosa

### Coordenador do Programa Amazônia

Ricardo Assis Mello

### Líder de Florestas

Marco Lentini

### Redação e Edição

Leda Fontelles S. Tavares

Lorenza Cordeiro

### Revisão

Jorge Eduardo Dantas de Oliveira

Maria Fernanda Maia

### Mapas

Alessandra Manzur

### Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Guimarães



A aplicação do conceito de análise de paisagem para delineamento de um escopo geográfico de atuação, bem como definição de estratégias de ação a longo prazo, depende de um amplo conhecimento dos aspectos ambientais e socioeconômicos de uma região. Conhecer a dinâmica de ocupação e reconhecer os atores sociais que se relacionam com o ambiente, contribui para uma melhor compreensão das interconexões entre as necessidades de produção dos diferentes atores sociais, a busca de bem-estar e a interação com os alvos de conservação prioritários.

Este documento busca subsidiar o estudo da paisagem do sul do Amazonas, oferecendo ao leitor informações secundárias sobre a caracterização do “meio físico” e “biótico” de municípios inseridos nessa região, assim como apresentando dados do “meio antrópico” e setores econômicos. O estudo também integra informações obtidas em um breve levantamento de campo realizado em maio de 2016 nos municípios de Apuí, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã e Tapauá. Além desses municípios, o estudo inclui Boca do Acre, devido à relevante atividade pecuária e florestal da região.





© Adriano Gambarrini / WWF-Brasil

Considerando a complexidade das situações locais e a dimensão geográfica abordada por este estudo, o conteúdo apresentado inclui:

1. Informações gerais sobre o estado do Amazonas e da região de estudo;
2. A infraestrutura presente na região;
3. Aspectos gerais de hidrografia, clima, vegetação e solos;
4. Lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção;
5. Agropecuária na região;
6. Setor Florestal;
7. Município de Apuí;
8. Município de Boca do Acre;
9. Município de Canutama;
10. Município de Humaitá;
11. Município de Lábrea;
12. Município de Manicoré;
13. Município de Maués;
14. Município de Novo Aripuanã;
15. Município de Tapauá
16. Mapa interativo
17. Considerações

**Leda Tavares**  
Programa Agricultura e Alimentos

**Lorenza Cordeiro**  
Programa Amazônia





## INFORMAÇÕES GERAIS DO ESTADO DO AMAZONAS

O estado do Amazonas é o maior em área territorial do País, com 1.559.161,682 Km<sup>2</sup> e 62 municípios. Detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica, com 2,23 habitantes/km<sup>2</sup>, quando comparado com a média do Brasil (22,4 habitantes/Km<sup>2</sup>) apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população do Amazonas, de acordo com o Censo 2010, é de 3.483.985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural.

O maior estado do Brasil possui a maior floresta tropical do mundo, com 98% de sua área preservada. Aliando seu potencial ecológico a uma política de negócios embasada na sustentabilidade, a capital do Amazonas tornou-se a 6<sup>a</sup> cidade mais rica do país, enquanto que o rendimento nominal médio domiciliar per capita da população residente, em 2015, segundo o IBGE, era de R\$752,00.

## ÁREA DE ESTUDO

O sul do Amazonas é uma região importante e estratégica para impedir o avanço do desmatamento na Amazônia. A região passou a ser ocupada com o lançamento do Programa de Integração Nacional, que previa a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), dentre outras rodovias.

A região deste estudo inclui nove municípios, são eles: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã e Tapauá.

Esses municípios estão estrategicamente ligados sob dois aspectos: a produção madeireira, em razão do grande potencial da região e da existência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, especialmente as florestas nacionais e florestas estaduais; e a produção pecuária, principalmente aquela de grande porte que ocorre na região da BR-230 – Transamazônica.

Área dos municípios, população, IDHM e PIB per capita.

Município	Área do município	População	IDHM	PIB per capita, em 2011 (IBGE)	IPS - Índice de Progresso Social
Apuí	20.648	54.246,65	0,637	R\$ 8.265,08	51,50
Boca do Acre	33.498	21.938,774	0,588	R\$ 7.241,46	54,79
Canutama	15.130	33.642,562	0,530	R\$ 5.527,16	50,50
Humaitá	51.302	33.121,557	0,605	R\$ 7.488,06	58,09
Lábrea	43.263	68.266,738	0,531	R\$ 9.182,74	48,64
Manicoré	53.053	48.292,899	0,582	R\$ 7.851,75	52,71
Maués	59.983	39.987	0,588	R\$ 6.272,63	60,05
Novo Aripuanã	24.315	41.166,848	0,554	R\$ 5.988,06	51,22
Tapauá	18.152	84.948,862	0,502	R\$ 8.327,06	49,09



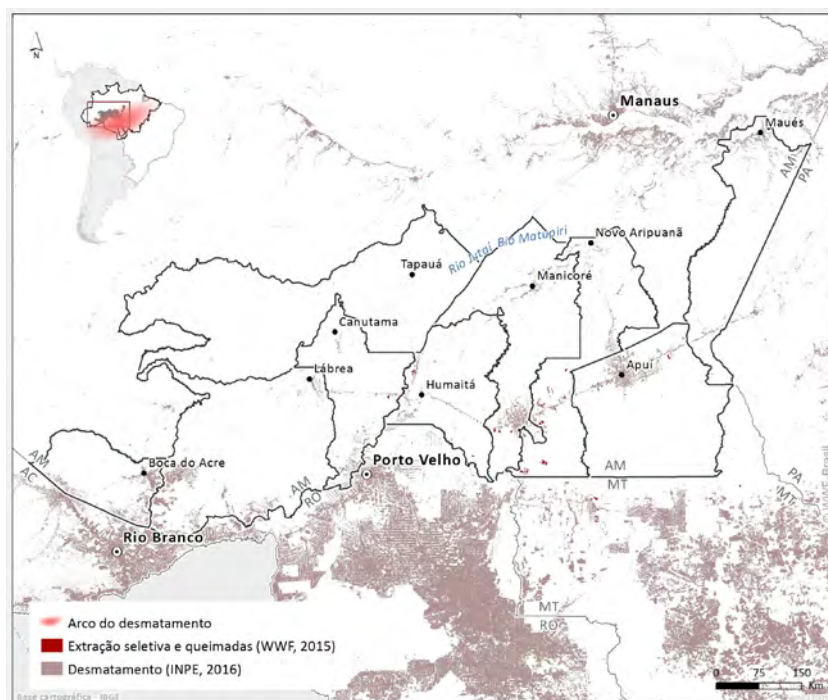
## AMEAÇA: ARCO DO DESMATAMENTO

O arco do desmatamento compreende a região onde a fronteira agrícola está avançando em direção à floresta e também onde se encontram os maiores índices de desmatamento da região Amazônica. São mais de 500 mil km<sup>2</sup> de terras que se estendem do leste e sul do Pará em direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre (IPAM, 2016).

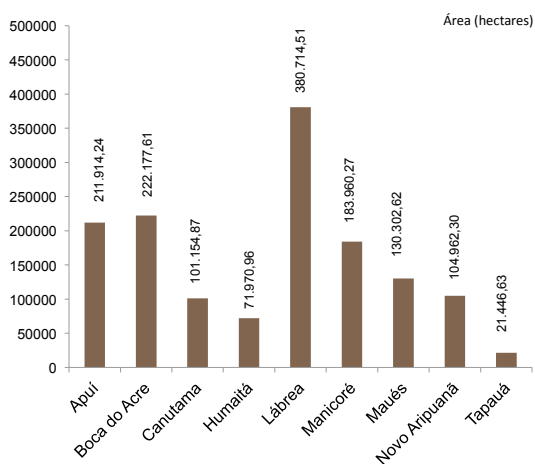
Segundo o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM, 2015), a expansão agropecuária é uma das principais causas do aumento do desmatamento da Amazônia, onde cerca de 80% das áreas desmatadas são ocupadas por pastagens.

O estado do Amazonas sempre apresentou baixas taxas de desmatamento, se comparadas às taxas dos demais Estados da Amazônia Legal. Porém, a exploração florestal e a consolidação de áreas agropecuárias nos outros estados da Amazônia Brasileira (como Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia) indicam uma tendência de migração deste desmatamento para o Amazonas, particularmente na porção Sul do Estado (IDESAM, 2011).

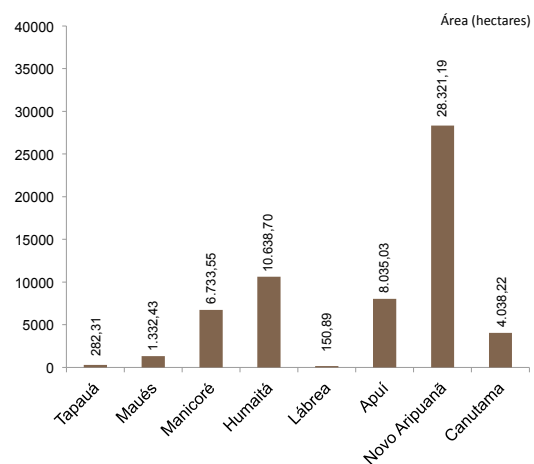
## INFORMAÇÕES GERAIS DA ÁREA DE ESTUDO



DESMATAMENTO POR MUNICÍPIO (ANO DE REFERÊNCIA 2016)



ÁREAS DEGRADADAS POR MUNICÍPIO (ANO DE REFERÊNCIA 2013)



IPAM. Aumento de desmatamento na região amazônica é sinal amarelo para o Brasil. IPAM:2016.

IDESAM. Levantamento de dados, análise de potencialidade florestal, oportunidades de desenvolvimento de projetos de mudanças climáticas e pagamentos por serviços ambientais das unidades de conservação estaduais situadas no interflúvio dos rios Purus e Madeira, Estado do Amazonas. Produto 2 – Relatório Final. Termo de Contrato Idesam e FDB N° 068/2010. Iniciativa Purus Madeira – IPUMA: 2011.

IDESAM. A Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Amazonas. Manaus: IDESAM, 2015



Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas: subsídios para análise da paisagem

## INFRAESTRUTURA DA REGIÃO



© Lorenza Cordero / WWF-Brasil

## INFRAESTRUTURA EXISTENTE NA REGIÃO

Mais de 90% de toda a economia do Amazonas depende dos rios do Estado.

### EIXOS AQUAVIÁRIOS

A hidrovia do rio Madeira é uma importante hidrovia da Amazônia Ocidental, que se estende de Porto Velho/RO até a confluência do rio Madeira com o Amazonas. Em 2010 foram mais de 3,6 milhões de toneladas transportadas - soja, milho, contêineres e açúcar.

A calha do rio Madeira, na região sudeste do Amazonas, é cortada pela Rodovia Transamazônica (BR-230), que passa pelos municípios de Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã. Os Municípios de Boca do Acre e Lábrea fazem fronteira com os Estados do Acre e Rondônia, respectivamente, com acesso por

rodovias federais como a BR-317, a BR-364, a BR-319 e a BR-230.

A articulação no interior da região do Purus com o Estado do Amazonas e o resto do país ocorre por meio de eixos rodoviários e por um eixo fluvial principal (Rio Purus). Entre as regiões do Amazonas, esta é a que mais possui eixos rodoviários, interligando seus municípios às demais regiões do país e outros países da América do Sul. Embora existam importantes rodovias, elas não fazem a interligação entre os 5 municípios da região do Purus. Sua conectividade, portanto, é sempre extra-regional e a conectividade intra-regional é o próprio rio.



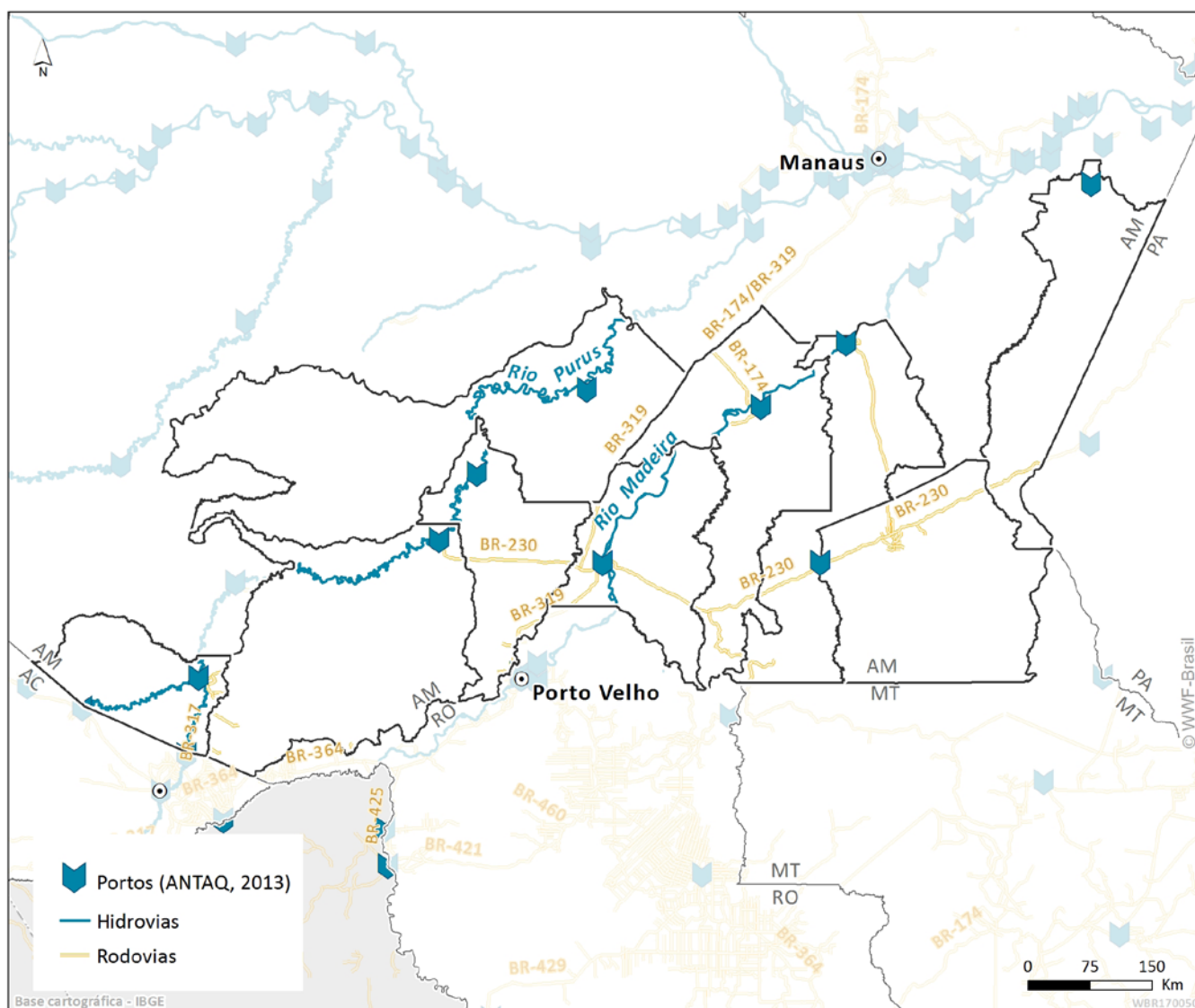
## EIXOS RODOVIÁRIOS

Na infraestrutura terrestre existe, basicamente, uma rodovia em cada um dos sentidos: norte-sul e leste-oeste. A rodovia transamazônica (BR-230) liga Lábrea ao estado de Pará e o nordeste passando por Humaitá e Apuí. No sentido norte-sul, a ligação é feita pela rodovia BR-174, de Roraima até Manaus e a BR-319, de Manaus até Rondônia, passando por Humaitá.

- BR 319 – Corta o sul do município de Canutama, fazendo a ligação de Lábrea com Porto Velho, via Humaitá (asfaltada). Além disso, interliga esse município à Manaus (condições ruins de trafegabilidade, mas com obras dependendo apenas de licenciamento ambiental).
- BR 230 – A Transamazônica tem seu trecho final no município de Lábrea, ligando a sede deste município com Humaitá e à BR 319. Também permite o acesso ao município de Apuí e ao Pará (condições ruins de trafegabilidade).
- BR 317 – Liga a sede de Boca do Acre a Rio Branco e à BR 364. A partir de Rio Branco, segue para Cobija, na Bolívia, e Peru. Está em fase de pavimentação.
- BR 364 – Embora não adentre o território da Região, exerce forte influência sobre o sul do município de Lábrea. É desta BR que partem diversas vicinais que correspondem às novas frentes de ocupação nesse município.







## INDÚSTRIAS

**Maués** conta com a mais antiga unidade de produção do refrigerante Guaraná Antactica. Atualmente, a AMBEV utiliza essa unidade para produzir extrato de guaraná para o refrigerante. Há, também, várias pequenas agroindústrias de produção de guaraná em pó e uma indústria de extração de essência do Pau Rosa. O município conta, também, com um frigorífico com selo SIM.

Em **Lábrea**, destacamos a ASPACS/COOPMAS (Associação de Produtores Extrativistas da Colônia

do Sardinha/Cooperativa Mista Agroextrativista do Sardinha), que beneficia 700 Kg de castanha ao dia, mas que possui capacidade de instalada de beneficiar 1.200 Kg/dia. A ASPACS/COOPMAS também possui uma unidade de beneficiamento de frutas, com foco no açaí. Além dessas unidades, há também uma indústria de beneficiamento de óleos vegetais, com destaque para a Andiroba, Murumuru, Tucumã, Castanha e Copaíba. O município conta, ainda, com um frigorífico com inspeção SIE.



O município de **Humaitá** possui uma agroindústria de beneficiamento de castanhas e dois frigoríficos, sendo um de inspeção municipal (SIM) e outro está passando para inspeção estadual (SIE).

Em **Manicoré** destaca-se a COVEMA (Cooperativa Verde de Manicoré) que beneficia castanha, enquanto que a COPEMA (Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais de Manicoré) beneficia polpa de frutas, com destaque para o açaí.

Em **Santo Antonio do Matupi**, está entrando em operação um frigorífico com inspeção SIE.

Em **Apuí**, destacamos a agroindústria Cerealista, que beneficia café, produz farelo para ração animal e comercializa cacau, além de um laticínio e um abatedouro que terá inspeção municipal (SIM).

Em **Novo Aripuanã** foi relatada a presença de uma pequena agroindústria de produção de essência de Pau Rosa.

Em **Boca do Acre** há um frigorífico SIF e um SIE, além da cooperativa COOPERAR – Cooperativa Agro-Extrativista do Mapia e Médio Purus, que comercializa cacau nativo da Amazônia e óleos vegetais. Está em processo de criação a COOPERBOCA.







## HIDROGRAFIA

A hidrologia da bacia amazônica configura-se como um imenso complexo hídrico que abriga cerca de 20% de toda água doce da Terra. A área de estudo abrange as bacias Purus, Madeira, Amazonas e Tapajós. Os rios no Amazonas são constituídos por dois componentes básicos: o leito, ou canal principal, e as áreas marginais, inundáveis periodicamente. A oscilação do nível das águas faz com que, na época da cheia, esses dois componentes se confundam, tornando-se discerníveis apenas nas partes mais profundas, onde a correnteza é maior e a vegetação fixa não pode se estabelecer.

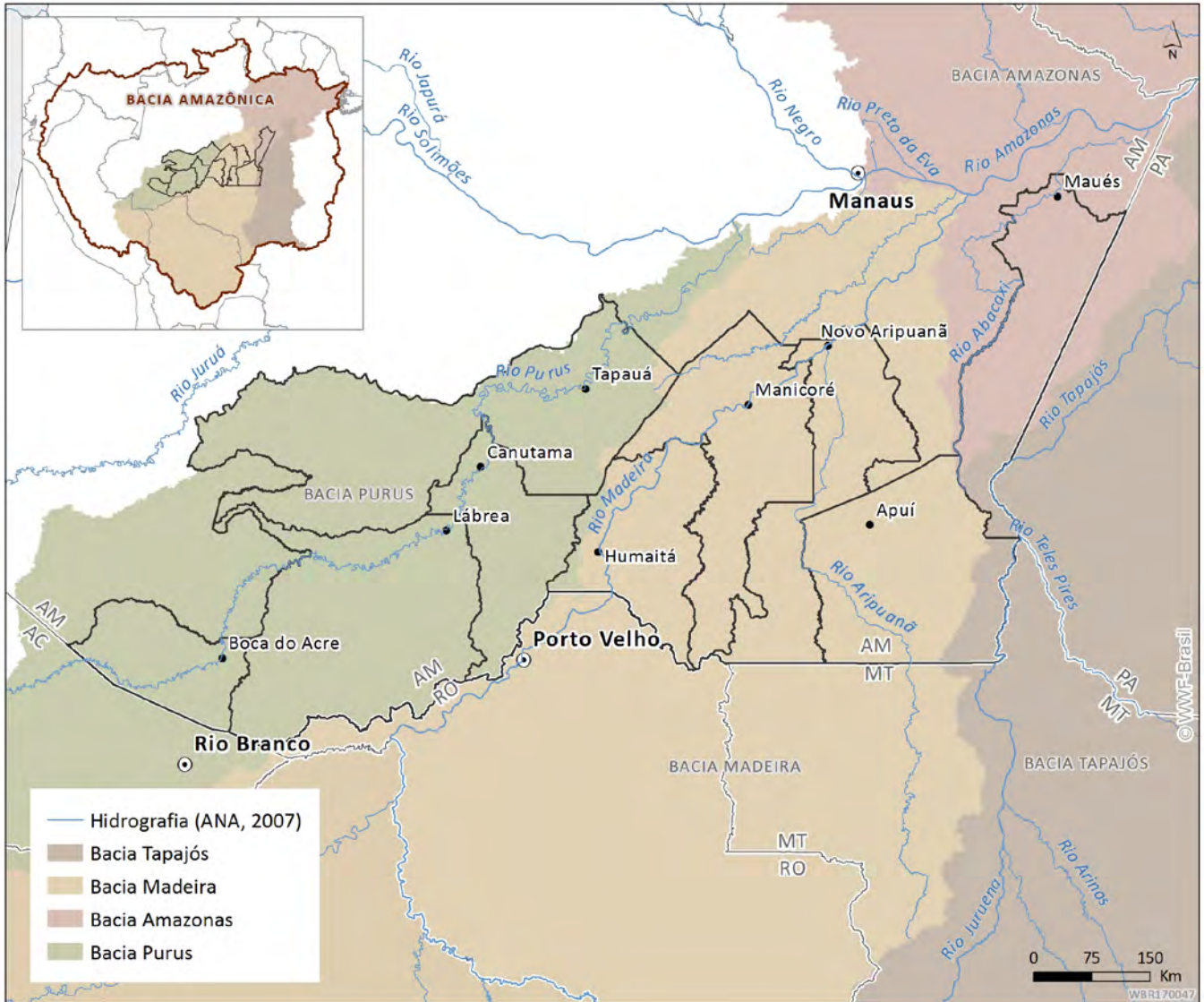
As planícies aluviais, que alcançam de 20 a 100 km de largura, formam as áreas de várzea. Anualmente estas áreas são quase inteiramente alagadas, com isso, o

material em suspensão transportado pelo rio é depositado nas planícies aluviais. Atrás da larga faixa alagável da várzea encontra-se a “terra firme”, que não é atingida pelas cheias do rio. A terra firme delimita o vale do rio Amazonas de ambos os lados, quase todo recoberto por floresta (SIOLI et al 1985)<sup>1</sup>.

Do ponto de vista hidroquímico, a bacia é influenciada pelas montanhas andinas, de onde se originam os sedimentos ricos em minerais, responsáveis pela coloração barrenta, típica das águas brancas (como os rios Madeira e Purus), e pelos escudos das Guianas e Brasil Central, formadores de águas claras (como o Rio Tapajós), ou escuras (como o Rio Negro), com baixo teor de sedimentos (Santos & Santos, 2005)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> SIOLI H. Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Instituto Max-Planck de Limnologia. Tradução UFRJ: Becker J. Rio de Janeiro: 1985.

<sup>2</sup> Santos, G.M dos & Santos, A.C.M dos . Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estudos avançados. Vol.19 n.54. São Paulo. May/Aug., 2005.



## SOLOS DIFERENTES

Os solos determinam a decomposição das substâncias vegetais mortas

### Água branca

Proveniente das montanhas andinas, de onde se originam os sedimentos ricos em minerais, responsáveis pela coloração barrenta

### Água clara

*Latosolos* ocorre a OXIDAÇÃO e originam as águas claras

### Água escura

Solos *Podzólicos*, ocorre REDUÇÃO formando húmus cru, que dissolvido na água de percolação vai alcançar o lençol freático e formar os igarapés de água preta

## CLIMA

De acordo com a classificação de Köppen, o sul do Amazonas apresenta elevado índice pluviométrico anual e um pequeno período seco. A região possui precipitação média de aproximadamente  $2300 \text{ mm.ano}^{-1}$  sendo o período de novembro a março o que possui maior

intensidade pluviométrica. Estima-se que 50% do vapor d'água que precipita pelas chuvas na Amazônia seja gerado localmente (pela evapotranspiração), sendo o restante importado da região pelo fluxo atmosférico proveniente do oceano Atlântico.



## SOLOS

**Latossolos** - Borba, Manicoré, Nova Aripuanã, sul de Humaitá e norte de Apuí.

Muito ácidos, pobres em nutrientes disponíveis e apresentam elevado teor de alumínio trocável.

**Argissolos** - Manicoré, a parte central de Apuí e a porção oeste de Humaitá.

Elevada pobreza química natural e com ausência de reservas de nutrientes minerais. Na região do Madeira, estes solos apresentam fertilidade baixa de nutrientes, de textura argilosa.

**Neossolos** - Apuí, Floresta do Sucundurí

Extremamente pobres em nutrientes minerais.

**Plitossolos** - Apuí- PAREST do Guariba e FLORESTA do Apuí.

Solos com concreções de plintita nas camadas superficiais, ou seja, óxidos de ferro e alumínio.

**Cambissolos** - Boca do Acre, Tapauá e ao norte de Humaitá.

São solos ácidos ou muito ácidos, com teores baixos a médios de matéria orgânica. Os teores de fósforo trocável são muito baixos.

**Espodossolo** - Manicoré e Humaitá.

São solos predominantemente arenosos, com acúmulo de matéria orgânica e compostos de ferro e/ou alumínio em profundidade.

**Gleissolos** - Novo Aripuanã, Manicoré, leste de Apuí, Humaitá, Tapauá, Canutama, Lábrea e Boca do Acre.

São solos mal ou muito mal drenados em condições naturais. São solos formados sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

**Planossolos** - Novo Aripuanã, Tapauá, Manicoré.

São imperfeitamente ou mal drenados e a fertilidade natural é variável.

# VEGETAÇÃO

## Floresta Ombrófila Aberta

- Aluvial com palmeiras;
- Submontana com cipós;
- Submontana com palmeiras;
- Terras Baixas com palmeiras.

## Formações Pioneiras com influência

- Fluvial e/ou lacustre – arbustiva;
- Arbustiva com e sem palmeiras;
- Herbácea;
- Herbácea sem palmeiras.

## Campinarana

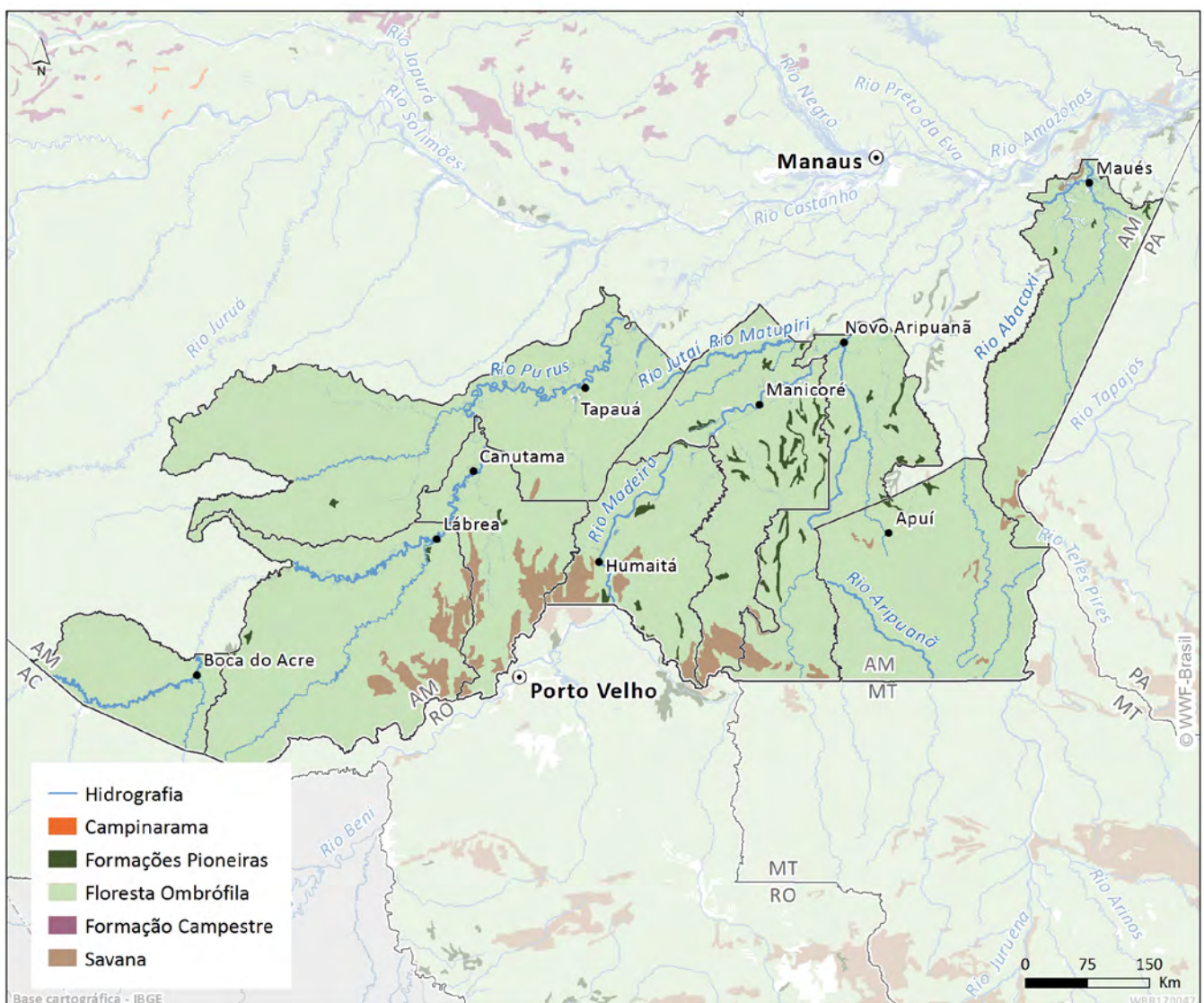
- Vegetação arbustiva (campina) ou de florestas baixas e densas (campinaranas)

## Floresta Ombrófila Densa

- Aluvial Dossel emergente;
- Aluvial Dossel uniforme;
- Submontana Dossel uniforme;
- Terras Baixas Dossel uniforme.

## Savana

- Arborizada com e sem floresta-de-galeria;
- Florestada;
- Gramíneo-Lenhosa sem floresta-de-galeria;
- Parque com e sem floresta de galeria.







© Natureza Viva WWF

## ESPÉCIES AMEAÇADAS

Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção, segundo os Planos de Gestão das Unidades de Conservação: PARNA Campos Amazônicos, PARNA Juruena, RDS do Juma, RDS Piagaçu- Purus, RDS Rio Madeira, RDS Igapó Açú, RESEX do Lago Capanã Grande, RESEX Canutama, Mosaico do Apuí, Parque Estadual do Maturipi e Florestas Estaduais Canutama, Maués e Tapauá.

Táxon	Espécies	Nome Vulgar	Classificação IUCN[1]	UC
<b>Mamíferos</b>	<i>Ateles chamek</i>	Macaco aranha	EN	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS JUMA
	<i>Atelocynus microtis</i>	Cachorro de orelha curta	NT	FLOREST. TAPA, PAREST. MATU.
	<i>Chiropotes albinasus</i>	Cuxiu-de-nariz-branco	EN	FLOREST. MAUÉS, RDS JUMA,
	<i>Galictis vittata</i>	Furão Grande	NT	FLOREST. TAPA,
	<i>Inia geoffrensis</i>	Boto-rosa	DD	RDS R. MAD
	<i>Lagothrix cana</i>	Macaco barrigudo	EN	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, RDS R. MAD PAREST. MATU. RDS JUMA,
	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato do mato	VU	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Leopardus wiedii</i>	Gato maracajá	NT	FLOREST. MAUÉS, RESEX CANU RDS R. MAD PAREST. MATU.
	<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	NT	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, PAREST. MATU, RDS R. MAD, RESEX CANU. PARNA CAMP. AM,
	<i>Mazama sp</i>	Veado	VU	PAREST. MATU.

<b>Táxon</b>	<b>Espécies</b>	<b>Nome Vulgar</b>	<b>Classificação IUCN[1]</b>	<b>UC</b>
	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá bandeira	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD, PAREST. MATU.
	<i>Panthera onca</i>	Onça pintada	NT	FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RSX.C, RDS R. MAD PAREST. MATU.
	<i>Pecari tajacu</i>	Caititu	VU	PAREST. MATU.
	<i>Priodontes Maximus</i>	Tatu canastra	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD PAREST. MATU. RDS JUMA
	<i>Pteronura brasiliensis</i>	Ariranha	EN	FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD RDS JUMA
	<i>Puma concolor</i>	Onça parda	NT	FLOREST. MAUÉS
	<i>Saimiri sciureus</i>	Mico de cheiro	NT	FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, FLOREST. CANU, RDS IGAP. AÇU, PAREST. MATU, RDS R. MAD
	<i>Saimiri ustus</i>	Sauim de boca branca	NT	FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, RDS R. MAD,
	<i>Sapajus macrocephalus</i>	Macaco Prego	LC	FLOREST. TAPA, PAREST. MATU.
	<i>Speothos venaticus</i>	Cachorro vinagre	NT	FLOREST. CANU,
	<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD PAREST. MATU. RDS JUMA
	<i>Tayassu pecari</i>	Queixada	VU	FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD PAREST. MATU.
	<i>Trichechus Inunguis</i>	Peixe boi	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU, RDS R. MAD RDS JUMA,
	<i>Ardea cocoi</i>	Garça-moura	NT	FLOREST. CANU, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU,
	<i>Clytoctantes atrogularis</i>	Choca de garganta preta	VU	PARNA JURU
	<i>Crax globulosa</i>	Mutum Piuí	EN	FLOREST. CANU, FLOREST. TAPA,
	<i>Contopus cooperi</i>	Piui boreal	NT	PARNA CAMP. AM,
	<i>Euscarthmus rufomarginatus</i>	Maria-corrúira	NT	PARNA CAMP. AM,
	<i>Guaruba guarouba</i>	Arara juba	EN	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Gypopsitta aurantiocephala</i>	Papagaio de cabeça laranja	NT	PARNA JURU
	<i>Harpia harpyja</i>	Gavião real	NT	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RESEX CANU
	<i>Morphnus guianensis</i>	Uiraçu falso	NT	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Neochen jubata</i>	Pato corredor	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RESEX CANU
	<i>Neomorphus squamiger</i>	Jacu estalo escamoso	NT	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Neothraupis fasciata</i>	Cigarra-do-campo	NT	PARNA CAMP. AM,
	<i>Penelope pileata</i>	Jacupiranga	NT	FLOREST. MAUÉS,



Táxon	Espécies	Nome Vulgar	Classificação IUCN[1]	UC
	<i>Phaethornis philippii</i>	Rabo-branco-amarelo		RDS IGAP. AÇU.
	<i>Pipile pipile</i>	Penélope	CR	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Psophia leucoptera</i>	Jacamim-de-costas-brancas	LC	FLOREST. CANU,
	<i>Pyrilia aurantiocephala</i>	Papagaio de cabeça laranja	NT	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Pyrhura snethlageae</i>	Tibica do Madeira		RDS IGAP. AÇU.
	<i>Syndactyla ucayalae</i>	Limpa-folha-de-bico-virado	NT	PARNA JURU
	<i>Tryngites subruficollis</i>	Maçarico-acanelado	NT	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Touit huetii</i>	Apuim-de-asa-vermelha	LC	RDS IGAP. AÇU
<b>Répteis</b>	<i>Boa constrictor</i>	Jiboia	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, PAREST. MATU, RDS R. MAD, RESEX CANU.
	<i>Caiman crocodilus</i>	Jacaretinga	LC	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU
	<i>Chelonoidis denticulata</i>	Tartaruga	VU	FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RD RM.
	<i>Corallus caninus</i>	Cobra-papagaio	VU	FLOREST. MAUÉS, RDS R. MAD
	<i>Corallus hortulanus</i>	Suaçubóia	VU	
	<i>Crocodilurus amazonicus</i>	Calango	NT	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, PAREST. MATU, RESEX CANU.
	<i>Epicrates cenchria</i>	Jiboia-vermelha	NT	FLOREST. CANU, RDS R. MAD
	<i>Iguana iguana</i>	Camaleão	NT	FLOREST. CANU, RDS R. MAD,
	<i>Melanosuchus niger</i>	Jacaré-açu	CR	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, RDS R. MAD, RESEX CANU.
	<i>Podocnemis erythrocephala</i>	Tracajá perema	VU	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Podocnemis unifilis</i>	Tracajá	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RDS IGAP. AÇU, RESEX CANU RD RM,
	<i>Podocnemis sextuberculata</i>	Iaçá ou Pitui	VU	FLOREST. CANU, FLOREST. MAUÉS, RESEX CANU RD RM,
	<i>Peltocephalus dumerilianus</i>	Cabeçudo	VU	FLOREST. MAUÉS,
	<i>Rhinemys rufipes</i>		NT	FLOREST. MAUÉS,
<b>Peixes</b>	<i>Pseudoplatystoma</i>	Surubim	EN	F.L., FLOREST. MAUÉS, FLOREST. TAPA, RDS IGAP. AÇU, PAREST. MATU, RDS R. MAD, RESEX CANU. PARNA JURU

1 CR (critically endangered): “criticamente em perigo”; E.N. (endangered): “em perigo”; NT (near threatened): “quase ameaçada”; VU (vulnerable): “vulnerável”; LC (least concern): “menos preocupante”.

# LISTA DE ESPÉCIES POR UCS

UCS Estaduais												
Unidade de Conservação	Ictiofauna			Herptofauna			Aves			Mastofauna		
	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família
Floresta de Canutama	123	7	30	57	32	17	316	-	59	31	7	18
Floresta de Maués	44	7	19	164	10	29	618	17	53	202	10	36
Floresta de Tapanuá	170	9	34	75	46	19	248	-	42	24	7	16
RDS Igapó Açú	165	8	34	49	32	17	327	-	45	51	7	16
Parque Matupiri	78	5	22	43	34	17	140	-	39	60	7	16
RDS Rio Madeira	89	6	39	26	20	12	169	-	-	25	7	25
RESEX Canutama	124	8	32	59	39	18	287	-	55	24	7	16
RDS do Juma	102	5	17	70	4	23	600	-	68	70	9	27
RDS Piagaçu-Purus	400	12	45	169	-	31	513	21	67	59	11	29

UCS Federais												
Unidade de Conservação	Ictiofauna			Herptofauna			Aves			Mastofauna		
	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família	Espécie	Ordem	Família
Parque Nacional do Juruena	126	-	-	87	-	-	400	-	-	85	-	-
Floresta Nacional de Pau-Rosa	57	-	-	48	-	-	245	-	-	-	-	-
Resex Lago Campana Grande	51	-	-	72	-	-	328	-	-	48	-	-
PARNA Campana Grande	165	8	31	91	-	-	332	-	-	44	-	-





WWF-Brazil/André D'El

## ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

10.817 estabelecimentos agropecuários

1.419.569 hectares

- Maior número de estabelecimentos em Lábrea, Apuí e Manicoré
- Maiores áreas em Lábrea e Manicoré

Características dos produtores rurais, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006):

**Boas práticas agrícolas:** menos da metade dos produtores rurais adotam boas práticas, sendo o plantio em nível mais utilizado que as outras práticas (terraceamento, rotação de culturas, reforma/recuperação de pastagens, pousio ou descanso dos solos e proteção e/ou conservação das encostas). Além disso, as queimadas são adotadas por 1/3 dos produtores.

**Sistema de preparo do solo:** convencional ou plantio em covas (ou berços).

**Fertilizante:** pouco adotado na agricultura e menos ainda nas pastagens. Dentre os fertilizantes mais adotados, destaca-se os nitrogenados.

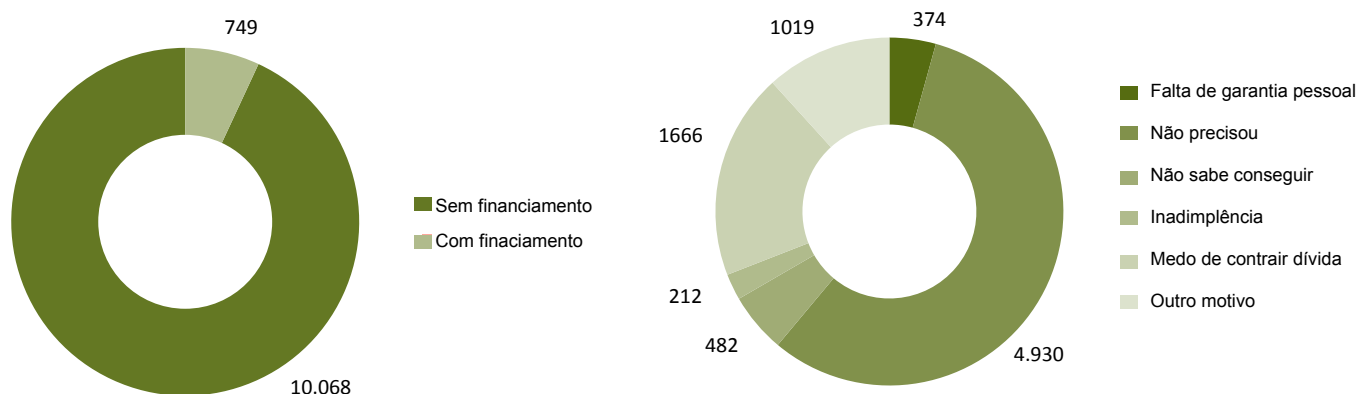
**Agrotóxicos:** utilizados apenas por 7% dos produtores.

**Irrigação:** praticamente ausente.

**Empréstimo bancário:** utilizado por pequena parcela dos produtores rurais (menos de 10%).

Tecnologias mais avançadas, como a suplementação alimentar, com sal mineral ou ração, inseminação artificial e transferência de embriões são adotadas apenas em algumas propriedades situadas na região da BR-230 (Transamazônica).

Adoção de financiamento agrícola, segundo o Censo Agropecuária e motivos da não adoção do crédito (IBGE, 2006).



A pecuária é forte na região, sendo que a criação de bovinos se destaca grandemente, com um efetivo de mais de 580 mil cabeças de gado (representando quase

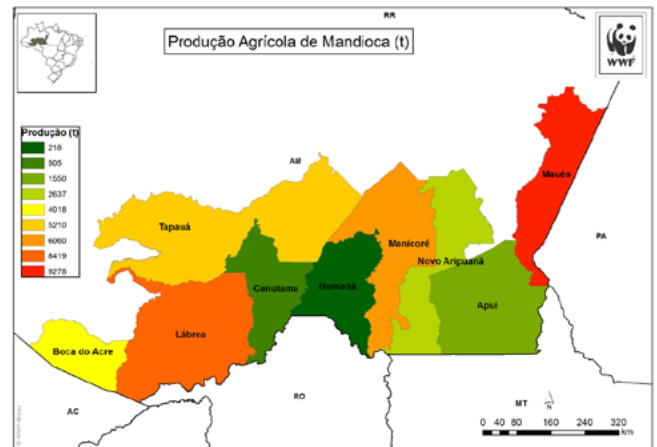
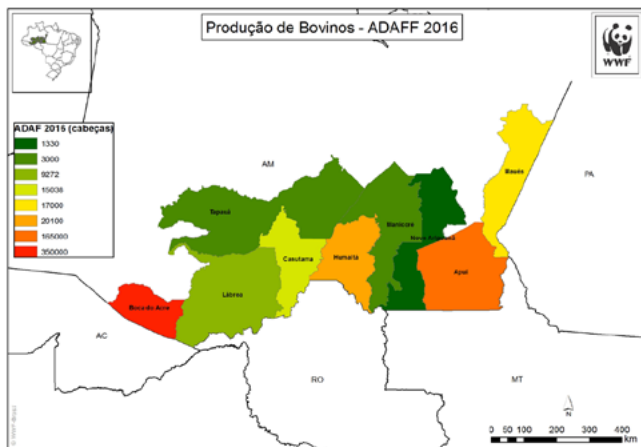
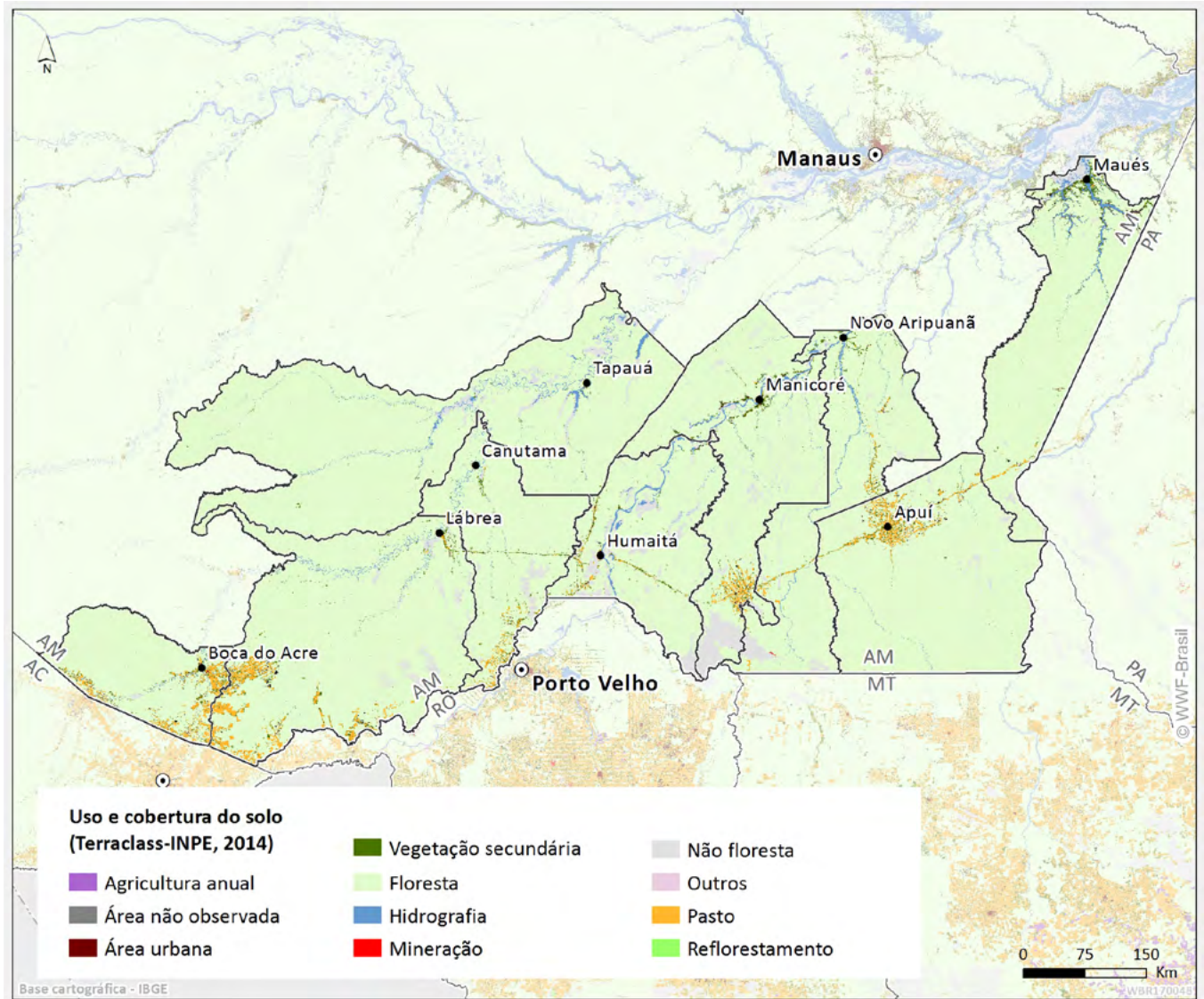
metade do rebanho bovino do Amazonas). A produção é realizada, na maioria dos casos, por pequenos e médios produtores rurais de forma extensiva.

## SWOT - Pecuária Sustentável

Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesse dos produtores rurais da região do entorno da Transamazônica para a produção pecuária.</li> <li>• Necessidade de produção de carne para abastecer o mercado local, principalmente nas pequenas cidades.</li> <li>• Atividade produtiva menos impactante ambientalmente que a pecuária tradicionalmente utilizada na região e a agricultura, sendo mais indicada para as áreas já abertas da região.</li> <li>• Elevado potencial de aumento da produtividade, consequentemente da renda dos produtores.</li> <li>• Presença de grandes produtores rurais na região Sul de Lábrea + Boca do Acre e próximo a BR-230 (em Manicoré e Apuí).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Várias possibilidades de intensificação do sistema produtivo, com aumento na geração de renda (pastoreio rotativo, sistemas de integração, inseminação artificial, ...).</li> <li>• Necessidade de alavancar a agricultura de baixo carbono, especialmente a recuperação de pastagens degradadas.</li> <li>• Início das atividades do frigorífico em Santo Antônio de Matupi, com capacidade de abater cerca de 200 cabeças/dia.</li> <li>• Grupos de indicadores de Pecuária Sustentável.</li> <li>• Adequação ao código florestal e adoção de boas práticas agropecuárias para uma pecuária sustentável.</li> </ul>
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pecuária tradicional está fortemente ligada à grilagem de terras e a especulação imobiliária, o que afeta bastante a reputação do setor.</li> <li>• Pecuária tradicional está ligada à atividade de queima e desmatamento da floresta primária.</li> <li>• Dificuldade de escoamento da produção.</li> <li>• Carência de extensão rural e de conhecimento, o que dificulta a alavancagem da pecuária sustentável.</li> <li>• A presença de febre aftosa no estado do Amazonas impede o envio de animais vivos para o Sul e Sudeste do país, além dos estados de Rondônia e Acre.</li> <li>• Pouca presença de frigoríficos licenciados na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação irregular do território e especulação imobiliária.</li> <li>• Febre aftosa e outras barreiras sanitárias.</li> <li>• Sobreposição de áreas produtivas abertas com as novas Unidades de Conservação na região sul do estado do Amazonas.</li> <li>• A diminuição do preço do pescado na região afeta negativamente no consumo de carne bovina.</li> </ul>



Abaixo estão apresentados o quantitativo de rebanho bovino da região, por município, segundo informações da ADAF (2016) e a produção de mandioca, segundo o IBGE.





Para fins de produção, as atividades agrícola e pecuária são as mais importantes, com destaque para a criação de bovinos, com um efetivo de mais de 580 mil cabeças de gado, o que representa metade do efetivo de bovinos de todo o estado do Amazonas.

Os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Manicoré concentram quase 90% da produção da região, e respondem pela produção pecuária em propriedades de pequeno, médio e grande porte. Há significativa divergência entre os dados apresentados pelo estado do Amazonas e o Censo Agropecuário do IBGE no que tange ao quantitativo do rebanho bovino em cada município. A principal razão para essa discordância é que produtor rural declara sua produção no local mais fácil para ele, sem levar em consideração o município na qual a propriedade está inserida.

A atividade agrícola não é forte na região, sendo a mandioca o principal produto produzido. Porém, é importante esclarecer que a maior parte dessa produção se destina à produção de farinha para consumo próprio com comercialização do excedente. O Guaraná é fortemente cultivado em Maués, a qual é conhecida como a “Terra do Guaraná”. Dentre os cultivos agrícolas o café se destaca na região de Apuí, que por facilidade de acesso algumas vezes declara sua produção em Manicoré, município vizinho. Dentre as frutas, a banana foi relatada como um dos principais produtos produzidos, seguido pela melancia. De fato, durante o levantamento das informações in loco, não foram observadas significativas produções de grãos, mesmo em municípios com alguma aptidão agrícola devido a salvaguardas ambientais.







## SETOR FLORESTAL

As atividades florestais no Amazonas são regulamentadas por legislação específica, conforme a categoria de manejo, podendo ser:

<b>Categoria de manejo florestal</b>	<b>Legislação estadual</b>	<b>Intensidade e forma de manejo</b>
<b>Maior Impacto</b>	Resolução CEMAAM 009/2011	Até 25 m <sup>3</sup> /ha. Permitido o uso maquinário para arraste.
<b>Menor Impacto</b>	Resolução CEMAAM 009/2011 Lei Complementar 132/2013	Até 10 m <sup>3</sup> /ha. Não é permitido o uso maquinário para arraste. Permitido beneficiamento com máquina portátil e máquina de até 85 cv para transporte de madeira serrada. Isenção do ICMS as operações internas no estado do Amazonas do ICMS as operações internas no estado do Amazonas.
<b>Pequena Escala</b>	Resolução CEMAAM 007/2011 e 016/2013 Lei Complementar 132/2013	Até 25 m <sup>3</sup> inventariado e 0,86 m <sup>3</sup> por área de efetivo manejo (limite até 500 ha). Não é permitido o uso maquinário para arraste. Permitido beneficiamento com máquina portátil e máquina de até 85 cv para transporte de madeira serrada. Isenção do ICMS as operações internas no estado do Amazonas.
<b>Várzea</b>	Instrução Normativa Estadual 009/2010	3 árvores /ha. Não é permitido uso de máquina para arraste de toras e nem transporte.

## Principais espécies manejadas e volume explorado em 2015.

Nome científico	Nome Popular	Volume (m <sup>3</sup> )*
<i>Allantoma lineata</i>	Ripeiro-cheru	25.280,46
<i>Cariniana micrantha</i>	Jequetibá-rosa	20.889,62
<i>Couratari tauari</i>	Tauari	18.057,94
<i>Manilkara huberi</i>	Maçaranbuda	16.800,75
<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú ferro	15.014,65
<i>Cedrelinga catenaeformis</i>	Cedrarana	14.174,02
<i>Tabebuia serratifolia</i>	Ipê amarelo	13.806,76
<i>Dipteryx trifoliata</i>	Cumarú	11.915,86
<i>Couratari guianensis</i>	Tauari	11.224,39
<i>Erismia uncinatum</i>	Cedrinho	10.000,23
<i>Hymenolobium excelsum</i>	Angelim pedra amarelo	9.724,64
<i>Astronium lecointei</i>	Maracatiara	8.488,50
<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá da mata	7.175,47
<i>Peltogyne paniculata</i>	Roxinho	7.015,32
<i>Bowdichia nitida</i>	Sucupira preta	6.469,49
<i>Hymenaea parvifolia</i>	Jatobá pequeno	6.129,56

\*baseado nos relatórios DOF 2015, dos municípios de Apuí, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã, Tapauá.

No planejamento e manejo florestal responsável, árvores matrizes e espécies raras são mapeadas e protegidas durante o corte seletivo, garantindo uma alta diversidade florística da floresta remanescente.

## FLORA AMEAÇADA

Devido práticas insustentáveis e ilegais oriundas de desmatamento e degradação florestal, algumas espécies se tornaram vulneráveis ou apresentam algum risco de extinção. Estes dados reforçam a importância do manejo florestal com uma alternativa de proteção e produção sustentável.

Espécies da flora ameaçados de extinção, segundo o Plano de Gestão do Mosaico do Apuí e do PARNA Campos Amazônicos.

Nome científico	Nome Popular	Classificação IUCN
<i>Actinocephalus cipoensis</i>	-	CR
<i>Actinocephalus claussenianus</i>	-	VU
<i>Amburana cearensis</i>	Pau chero	EN
<i>Aniba rosaeodora</i>	Pau rosa	EN
<i>Bertholletia excelsa</i>	Castanheira	VU
<i>Cariniana ianeirensis</i>	Jequitibá	EN
<i>Chelyocarpus dianeurus</i>	-	LC
<i>Desmodium juruenense</i>	-	
<i>Dicypellium caryophyllaceum</i>	Cravo-do-maranhão	VU
<i>Droseraceae</i>	-	
<i>Mauritiella armata</i>	-	LC
<i>Mezilaurus itauba</i>	Itaúba	VU
<i>Selenicereus setaceus</i>		LC
<i>Swietenia macrophylla</i>	Mogno	VU
<i>Syagrus romanzoffiana</i>	-	

CR (critically endangered): “criticamente em perigo”; E.N. (endangered): “em perigo”; NT (near threatened): “quase ameaçada”; VU (vulnerable): “vulnerável”; LC (least concern): “menos preocupante”.

Destaca-se que o Jatobá pequeno (*Hymenaea parvifolia*) e o Angelim pedra amarelo (*Hymenolobium excelsum*) são citados como vulneráveis na lista de espécies madeireiras comerciais ameaçadas de extinção, publicada pelo SFB em 2014.



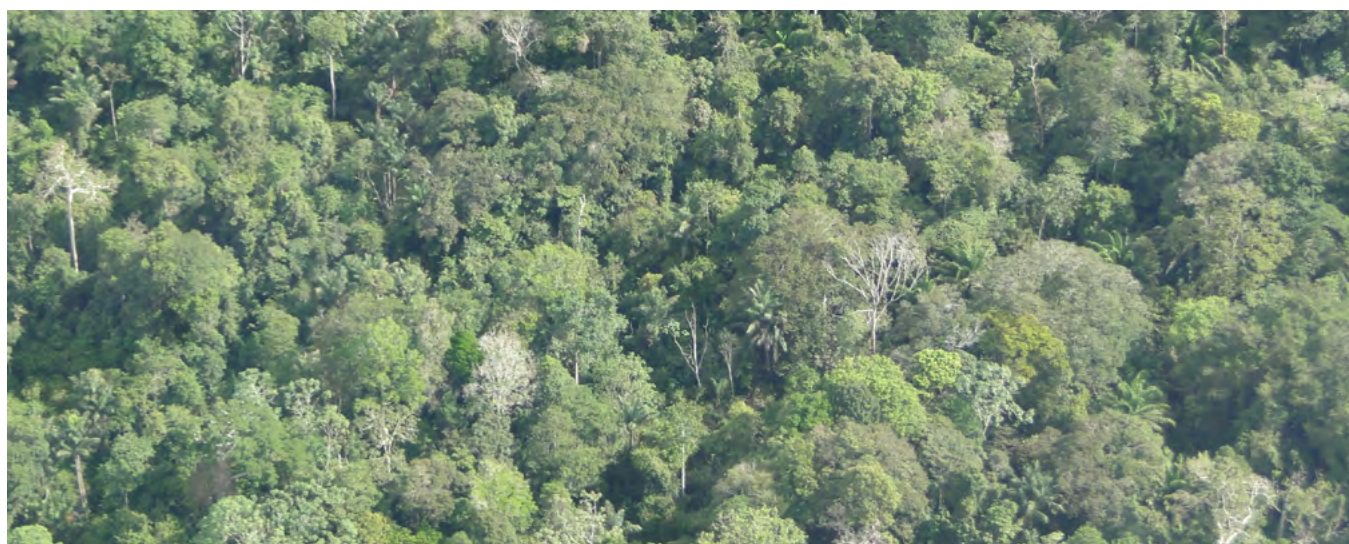
## GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS NO AMAZONAS

Recentemente foi aprovada a Lei 4415/2016, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, prevendo a destinação para concessão florestal e uso comunitário.

O Estado do Amazonas possui 42 Unidades de conservação, sendo 34 de uso sustentável.

Compondo o grupo de uso sustentável, encontram-se 8 Florestas Estaduais com áreas passíveis de concessão florestal (SEMA, 2016). A maior parte está localizada no sul do Amazonas, confirmando a aptidão da região para o desenvolvimento sustentável do setor florestal.

Unidade de Conservação	Município de abrangência	Área da UC (ha)	Área destinada à concessão (ha)	Necessidade para
Floresta Estadual Canutama	Canutama e Tapauá	150.588,57	15.528,86	Estudo de viabilidade
Floresta Estadual Tapauá	Canutama e Tapauá	881.704	184.456,04	Regularização fundiária e relatório de Conservação
Floresta Estadual de Maués	Maués	438.440,32	120.693,60	Estudo de Viabilidade
Floresta Estadual Manicoré	Novo Aripuanã	83.381,03	51.984,55	Revisão do zoneamento e estudo de Viabilidade
Floresta Estadual do Apuí	Apuí	185.946,16	-	Revisão do zoneamento e estudo de viabilidade
Floresta Estadual do Sucunduri	Apuí	492.905,27	-	Revisão do zoneamento e estudo de viabilidade
Floresta Estadual Aripuanã	Manicoré	336.040,06	207.848,05	Revisão do zoneamento e estudo de viabilidade
Floresta Estadual do Rio Urubu	Rio Preto da Eva	27.342	-	Plano de Gestão
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2.596.347,41</b>	<b>580.511,10</b>	









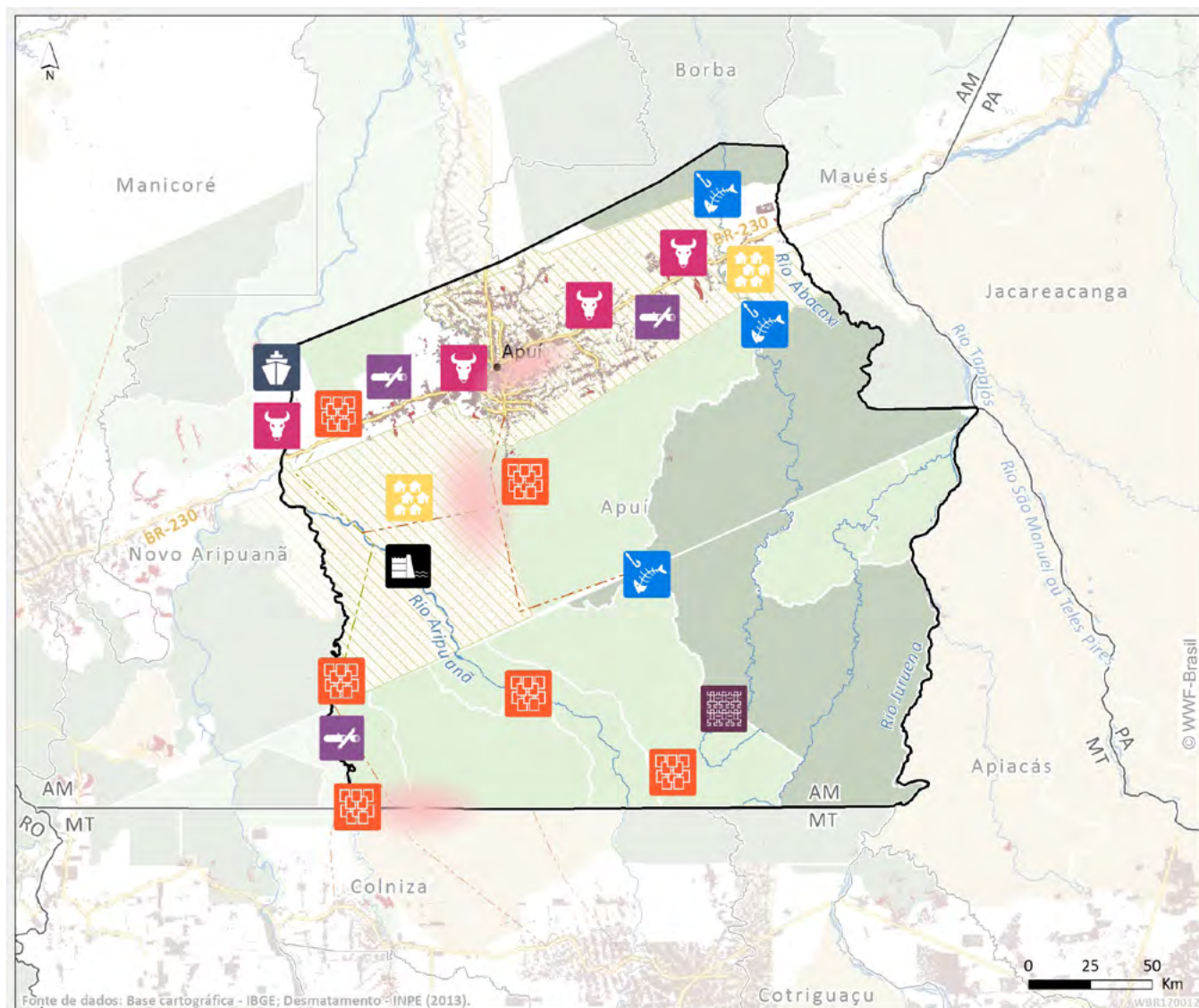
© Lorezete Cardelino/WWF-Brasil

## APUÍ

Apuí possui 54.244,92 km<sup>2</sup>, sendo que 67,39% são destinados a UCs estaduais e federais (sendo 4,28% referentes às UCs recentemente criadas), 0,08% é terra indígena; 4,5% são Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) e 0,7% o projeto de assentamento (PA). Entre 2015 e 2016 a população apresentou taxa de crescimento geométrico de 1,9 – mesmo valor que Maués e Lábrea – taxa maior que o indicador nacional para o mesmo período (0,8). Apuí alcançou a população total de aproximadamente 21 mil habitantes em 2016. O IDHM (em 2010) é 0,63 e o IPS alcançou a pontuação de 51,50 em 2014. Interessante notar que ao se comparar com os demais municípios estudados, Apuí ficou em 1<sup>o</sup> posição no IDHM, no entanto em 5<sup>o</sup> posição no requisito do IPS. Em termos de educação profissionalizante pública, conta com apenas uma unidade do CETAM. Apuí é cortado pela rodovia Transamazônica (BR-230), que intensificou sua ocupação com a criação do Projeto de Assentamento Rio Juma, que tinha o objetivo inicial de assentar 7.500 famílias. A sede municipal tem dinâmica de ocupação e produção diferentes dos demais

municípios: é o único que não se situa às margens dos grandes rios da região (Madeira e Purus) e que grande parte da população se origina de outras regiões do país. A sede municipal concentra os serviços e mercados que atendem a região, sendo bastante procurado pela população situada na porção sul dos municípios vizinhos (Novo Aripuanã, Manicoré e Maués). Tem perfil produtivo, especialmente voltado para a pecuária de corte e leite, com forte semelhança com a produção realizada ao longo da Transamazônica, até o sul de Lábrea e Boca do Acre. A porção sul do município é destinada às Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Apuí, região apontada como uma das principais zonas de endemismos na Amazônia Meridional, tanto para aves como para mamíferos. Recentemente foram criadas novas Unidades de Conservação que abrange a porção norte do município. As atividades irregulares que ameaçam o desenvolvimento sustentável são: garimpo, grilagem de terras, extração de madeira irregular. O acesso à sede municipal se dá por via terrestre e também aérea (taxi aéreo).





Legenda do mapa:

- Avanço de desmatamento
- Falta de governança
- Desmatamento ilegal
- Projeto de hidrelétrica
- Pressão para avanço da agricultura
- Pesca predatória
- Grilagem
- Conflito por castanheiras
- Ocupação irregular
- Conflito indígena
- Estudo para criação de TI
- Pontos de escoamento informal
- Garimpo
- Conflito por terra
- Cidades
- Hidrografia
- Estradas
- Ramais existentes
- Ramais planejados
- Município de interesse
- Limite estadual
- Limite municipal
- UC - Proteção Integral
- UC - Uso sustentável
- Terras Indígenas
- Assentamentos
- Desmatamento 2008 a 2013
- Áreas degradadas (extração seletiva e fogo)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 439 (t)

Arroz 438 (t)

Feijão 27 (t)

Banana 116 (t)

Cacau 20 (t)

Café 206 (t)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 160.000

vacas ordenhadas (quantidade) 4.900

leite de vaca - produção (mil litros) 7.500



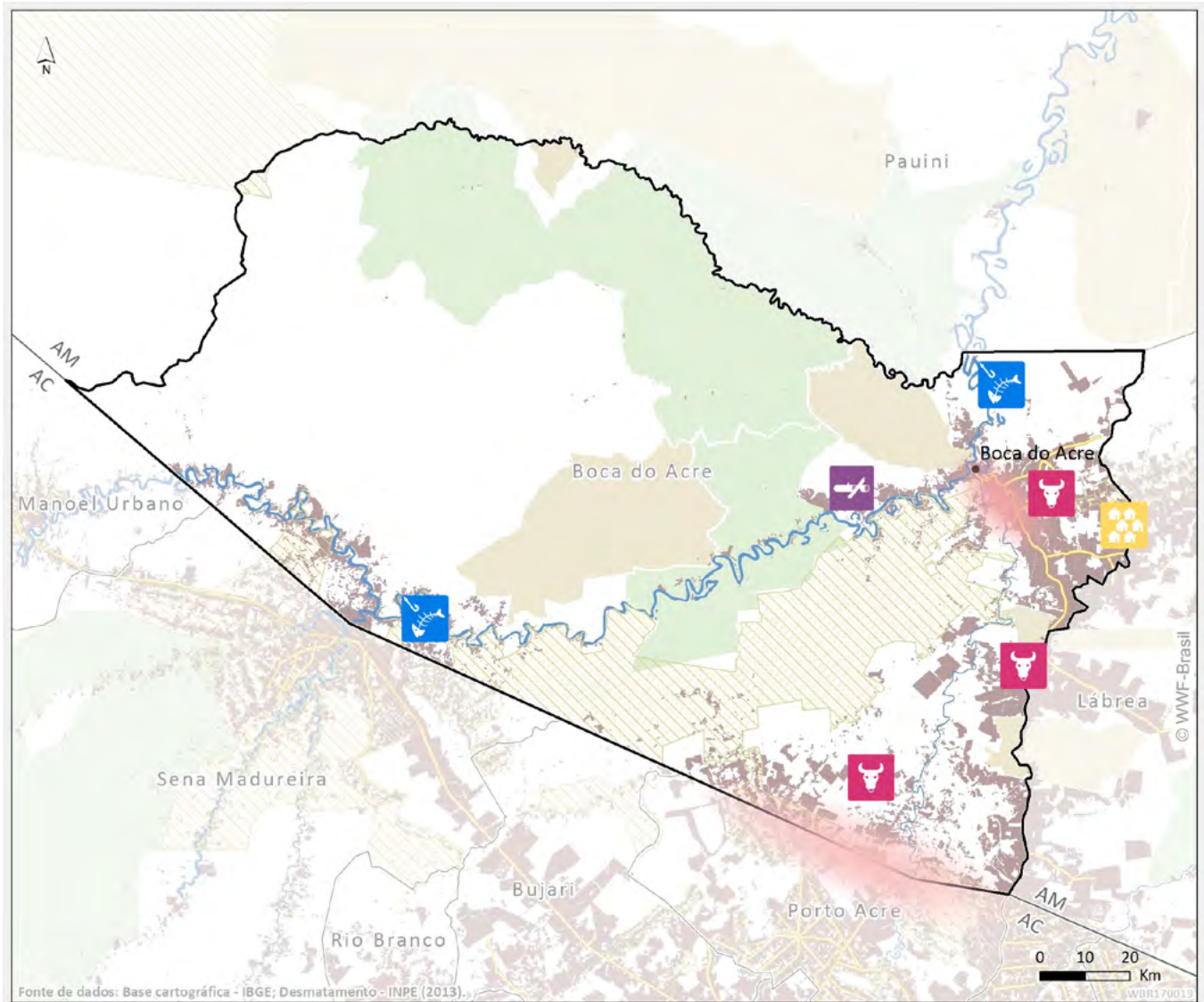


## BOCA DO ACRE

Boca do Acre possui 21.9938,77 km<sup>2</sup>, sendo que 21,50% é destinado para UC estaduais e federais, 9,72% são Terras Indígenas; 0,5% do território é ocupado com o PA Monte e cerca de 1,2% com os PA Antimary e Terruá. A população apresenta tendência de crescimento, alcançando cerca de 33 mil habitantes em 2015. O IDHM é 0,58 e o IPS alcançou o valor 54,79 ficando, respectivamente, em 3º posição, em ambos indicadores, dentre os municípios visitados. Boca do Acre se destaca por possuir o maior rebanho bovino do sul do estado do Amazonas, com mais 350 mil cabeças, o que define o uso predominante da terra na região para a pecuária. As atividades irregulares que ameaçam a conservação são: grilagem de terras, extração de madeira irregular, avanço da fronteira

agrícola e pesca predatória (peixes e quelônios). O acesso à sede municipal se dá por via aérea (taxi aéreo) e via terrestre, pela BR 317. A elevada distância até Manaus (cerca de 20 dias pelo rio Purus), faz com que Boca do Acre tenha mais ligação com a cidade de Rio Branco (Acre). A região possui alto potencial madeireiro e não madeireiro, com destaque para o beneficiamento de açaí e óleos vegetais, além da própria madeira. O manejo de cacau nativo nas várzeas do rio Purus, também é um componente importante, com exportação do produto para a produção de chocolate orgânico, principalmente na Alemanha. A cidade conta com um campus da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e possui destaque na produção de SAFs.





Legenda do mapa:

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Avanço de desmatamento             | Cidades                                     |
| Falta de governança                | Hidrografia                                 |
| Desmatamento ilegal                | Estradas                                    |
| Projeto de hidrelétrica            | Ramais existentes                           |
| Pressão para avanço da agricultura | Ramais planejados                           |
| Pesca predatória                   | Município de interesse                      |
| Grilagem                           | Limite estadual                             |
| Conflito por castanheiras          | Limite municipal                            |
| Ocupação irregular                 | UC - Proteção Integral                      |
| Conflito indígena                  | UC - Uso sustentável                        |
| Estudo para criação de TI          | Terras Indígenas                            |
| Pontos de escoamento informal      | Assentamentos                               |
| Garimpo                            | Desmatamento 2008 a 2013                    |
| Conflito por terra                 | Áreas degradadas (extração seletiva e fogo) |

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 545 (t)

Arroz 80 (t)

Feijão 94 (t)

Banana 1.760 (t)

Cacau -

Café 3 (t)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 99.586

vacas ordenhadas (quantidade) 12.810

leite de vaca - produção (mil litros) 1.289



Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas: subsídios para análise da paisagem

## MUNICÍPIO DE CANUTAMA

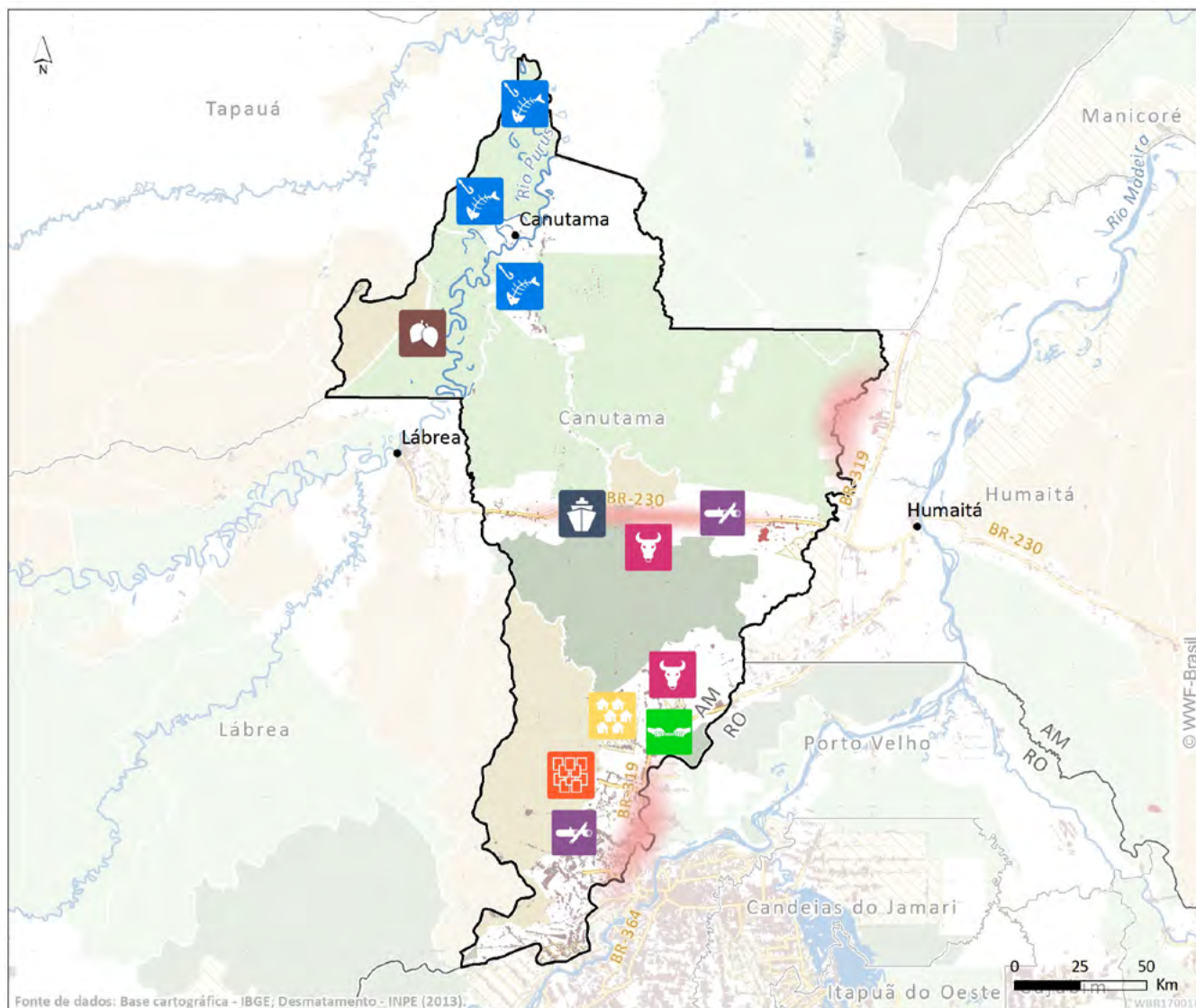


© Lorenza Cordero/WWF-Brasil

## CANUTAMA

O município de Canutama possui 33.642,56 km<sup>2</sup>, sendo que 69,33% são destinados para UCs estaduais e federais, 14,94% são terras indígenas e 1,19% assentamentos. Entre 2015 e 2016 a população apresentou taxa de crescimento geométrico de 1,2. Embora o crescimento tenha sido positivo e acima que o valor nacional para o mesmo período (0,8), Canutama é o município estudado com menor número de habitantes, totalizando cerca de 15 mil em 2016. O IDHM (em 2010) era 0,53 e em 2014 o IPS alcançou pontuação de 50,50 ficando, respectivamente, em 7º e 8º posição dentre os municípios. Em termos de educação profissionalizante pública, conta com apenas uma unidade do CETAM. Canutama possui diferentes dinâmicas de uso e ocupação do solo. Na sede municipal e entorno, a região é caracterizada pelo extrativismo de produtos florestais madeireiro

e não madeireiros, pesca, agricultura familiar e de pequena escala. Na região sul do município, cortada pela BR-230, a dinâmica de ocupação é influenciada pela Transamazônica, com a presença de atividades irregulares de madeira e grilagem de terras ao longo da rodovia. A atividade agrícola e pecuária também é mais acentuada no sul do Canutama. Dada a divergência na ocupação do município, as atividades irregulares que ameaçam o desenvolvimento sustentável no entorno da sede municipal são pesca e caça predatória, enquanto que na porção sul há forte presença de disputa por terras, grilagem, extração de madeira irregular e ocupação desordenada. O acesso à sede municipal se dá por via aérea (taxi aéreo) e via fluvial (rio Purus), sendo este reconhecido como o principal meio logístico de escoamento da produção e acesso ao município de Lábrea.



### Legenda do mapa:

- |  |                                    |  |   |
|--|------------------------------------|--|---|
|  | Avanço de desmatamento             |  | Cidades                                     |
|  | Falta de governança                |  | Hidrografia                                 |
|  | Desmatamento ilegal                |  | Estradas                                    |
|  | Projeto de hidrelétrica            |  | Ramais existentes                           |
|  | Pressão para avanço da agricultura |  | Ramais planejados                           |
|  | Pesca predatória                   |  | Município de interesse                      |
|  | Griagem                            |  | Limite estadual                             |
|  | Conflito por castanheiras          |  | Limite municipal                            |
|  | Ocupação irregular                 |  | UC - Proteção Integral                      |
|  | Conflito indígena                  |  | UC - Uso sustentável                        |
|  | Estudo para criação de TI          |  | Terras Indígenas                            |
|  | Pontos de escoamento informal      |  | Assentamentos                               |
|  | Garimpo                            |  | Desmatamento 2008 a 2013                    |
|  | Conflito por terra                 |  | Áreas degradadas (extração seletiva e fogo) |

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 225 (t)

Arroz 995 (t)

Feijão 29 (t)

Banana 12 (t)

Cacau -

Café 1 (t)

### PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 23.458

vacas ordenhadas (quantidade) 283

leite de vaca - produção (mil litros) 50





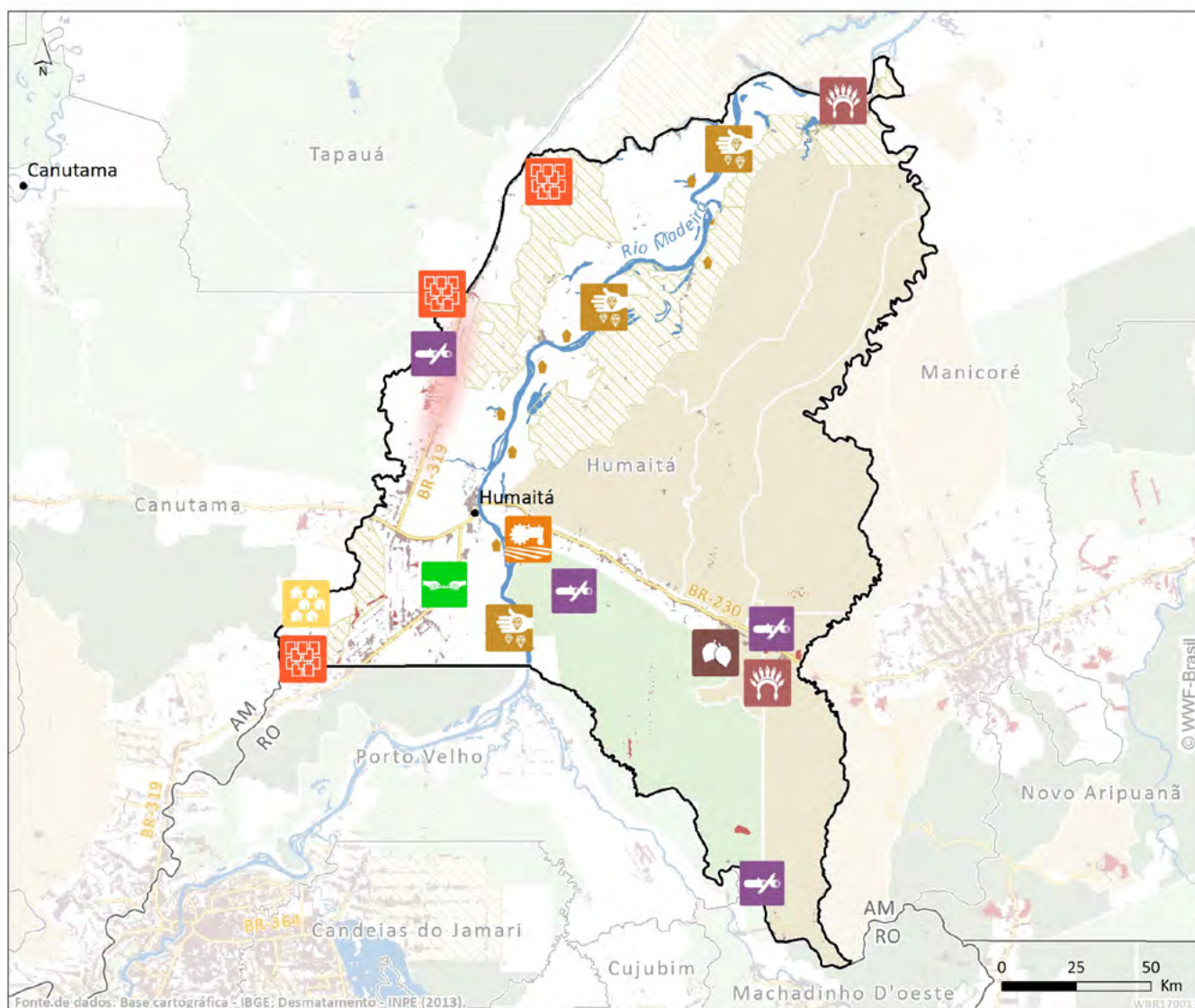
© Lorenza Cordeiro/WWF-Brasil

## HUMAITÁ

Humaitá possui 33.129,13 km<sup>2</sup>, sendo que 14,11% são destinados a UCs estaduais e federais, 41,08% são terras indígenas e 13,85% são assentamentos. Para o período de 2015 e 2016 a taxa de crescimento populacional geométrico foi de 2,1 – valor maior que o indicador nacional para o mesmo período (0,8) e maior que os demais municípios estudados – alcançando a população total de 52 mil habitantes em 2016. O IDHM em 2010 era 0,605, abaixo do IDH nacional para o mesmo ano (0,69), e IPS no ano de 2014 recebeu a pontuação 58,09. Dentre os municípios estudados, Humaitá ficou na 2ª posição para ambos os índices- IDHM e IPS. Apesar de possuir áreas agricultáveis a atividade deste setor é baixa, isso se deve a questões de salvaguardas ambientais do bioma, determinando que o município mantenha vocação extrativista, mineral e madeireira. Na sede municipal e entorno, a região é caracterizada pelo extrativismo de produtos florestais madeireiros e não

madeireiros, pesca, agricultura familiar e de pequena escala. Na região sul e oeste do município, cortada pelas BR-230 e 319, há presença de assentamento rurais, com destaque para o distrito da Realidade, localizado próximo aos limites com os municípios de Tapauá e Manicoré, o qual é uma região de forte pressão pelo uso e exploração dos recursos naturais. Dentre as principais ameaças para o desenvolvimento sustentável do município, cita-se a ocupação desordenada, o garimpo, a grilagem de terras, o desmatamento e a extração ilegal de madeira para o estabelecimento de áreas para a pecuária. Dentre os municípios estudados, Humaitá é o único que possui uma unidade da UFAM, além de contar com unidades da UEA, IFAM e CETAM. A região é um importante eixo logístico devido a presença da via fluvial do rio Madeira e rodovias BR-230 e BR- 319, sendo ambas reconhecidas como importantes vias de escoamento da produção.





### Legenda do mapa:

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Avanço de desmatamento             | Cidades                                     |
| Falta de governança                | Hidrografia                                 |
| Desmatamento ilegal                | Estradas                                    |
| Projeto de hidrelétrica            | Ramais existentes                           |
| Pressão para avanço da agricultura | Ramais planejados                           |
| Pesca predatória                   | Município de Interesse                      |
| Grilagem                           | Limite estadual                             |
| Conflito por castanhas             | Limite municipal                            |
| Ocupação irregular                 | UC - Proteção Integral                      |
| Conflito indígena                  | UC - Uso sustentável                        |
| Estudo para criação de TI          | Terras Indígenas                            |
| Pontos de escoamento informal      | Assentamentos                               |
| Garimpo                            | Desmatamento 2008 a 2013                    |
| Conflito por terra                 | Áreas degradadas (extração seletiva e fogo) |

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 427 (t)

Arroz 302 (t)

Feijão 1 (t)

Banana 150 (t)

Cacau -

Café -

### PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 20.781

vacas ordenhadas (quantidade) 450

leite de vaca - produção (mil litros) 140





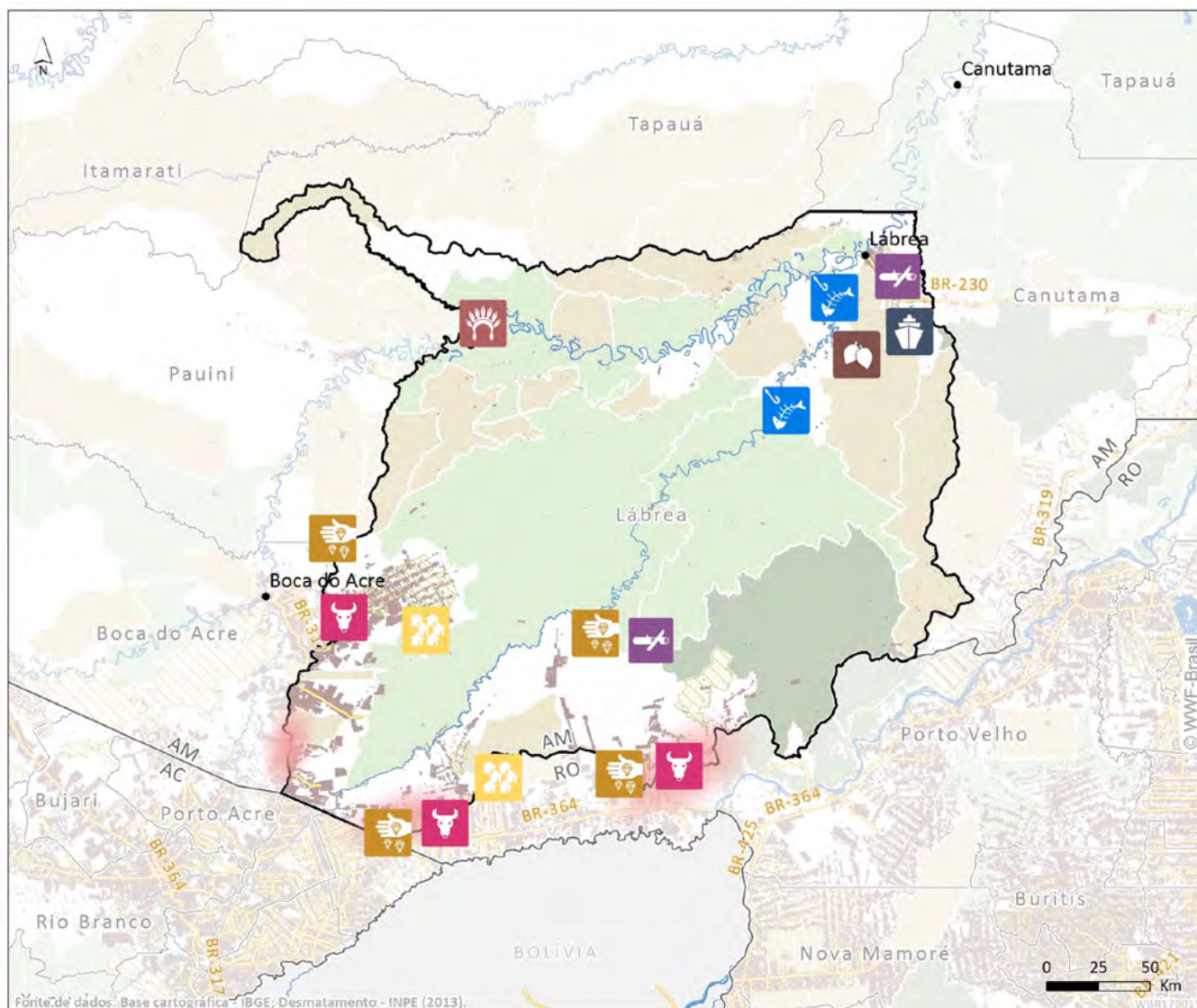
© Lorenza Córdova/WWF-Brasil

## LÁBREA

Lábrea possui 68.262,69 km<sup>2</sup>, sendo que 53,99% são destinados a UCs estaduais e federais, 22,93% são terras indígenas e 2,47% são assentamentos. A população apresenta tendência de crescimento, alcançando cerca de 44 mil habitantes em 2016. A taxa de crescimento geométrico entre 2015 e 2016 atingiu 1,9, valor acima da taxa nacional para o mesmo período (0,8). O IDHM (ano 2010) era 0,531, abaixo do IDH nacional (0,69), enquanto que o IPS (em 2014) recebeu a pontuação 48,64. Dentre os municípios visitados, Lábrea ficou na 6<sup>a</sup> posição para ambos os índices- IDHM e IPS. A região conta com uma unidade de ensino da UEA e do IFAM. Na sede municipal e entorno se concentram pequenas indústrias, serviços e mercados que sustentam a economia gerada pela produção extrativista, com especial destaque para a coleta e beneficiamento de castanha e óleos, madeira e

agricultura familiar. A região possui elevado potencial madeireiro e interesse em regularizar o setor florestal por meio do estabelecimento de um polo moveleiro. A produção pecuária ocorre em especial ao longo da BR 230 (transamazônica) e na parte sul do município, onde os produtores têm fortes relações comerciais com o município de Boca do Acre e estado de Rondônia. Dentre as principais ameaças para o desenvolvimento sustentável da região cita-se a ocupação desordenada em sua porção sul e oeste, onde ocorre a grilagem de terras, o desmatamento e a extração ilegal de madeira para o estabelecimento de áreas para a pecuária. A atividade de garimpo também está presente na região. Lábrea possui acesso à sede municipal por via aérea (taxi aéreo), via fluvial (rio Purus) e terrestre (BR-230), porém, as condições de trafegabilidade da BR são limitadas e dificultam o escoamento da produção.





Legenda do mapa:

- |  |                                    |  |   |
|--|------------------------------------|--|---|
|  | Avanço de desmatamento             |  | Cidades                                     |
|  | Falta de governança                |  | Hidrografia                                 |
|  | Desmatamento ilegal                |  | Estradas                                    |
|  | Projeto de hidrelétrica            |  | Ramais existentes                           |
|  | Pressão para avanço da agricultura |  | Ramais planejados                           |
|  | Pesca predatória                   |  | Município de interesse                      |
|  | Grilagem                           |  | Limite estadual                             |
|  | Conflito por castanheiras          |  | Limite municipal                            |
|  | Ocupação irregular                 |  | UC - Proteção Integral                      |
|  | Conflito indígena                  |  | UC - Uso sustentável                        |
|  | Estudo para criação de TI          |  | Terras Indígenas                            |
|  | Pontos de escoamento informal      |  | Assentamentos                               |
|  | Garimpo                            |  | Desmatamento 2008 a 2013                    |
|  | Conflito por terra                 |  | Áreas degradadas (extração seletiva e fogo) |

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 276 (t)

Arroz 115 (t)

Feijão 627 (t)

Banana 1.189 (t)

Cacao -

Café 34,7 (t)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 313.665

vacas ordenhadas (quantidade) 970

leite de vaca - produção (mil litros) 645





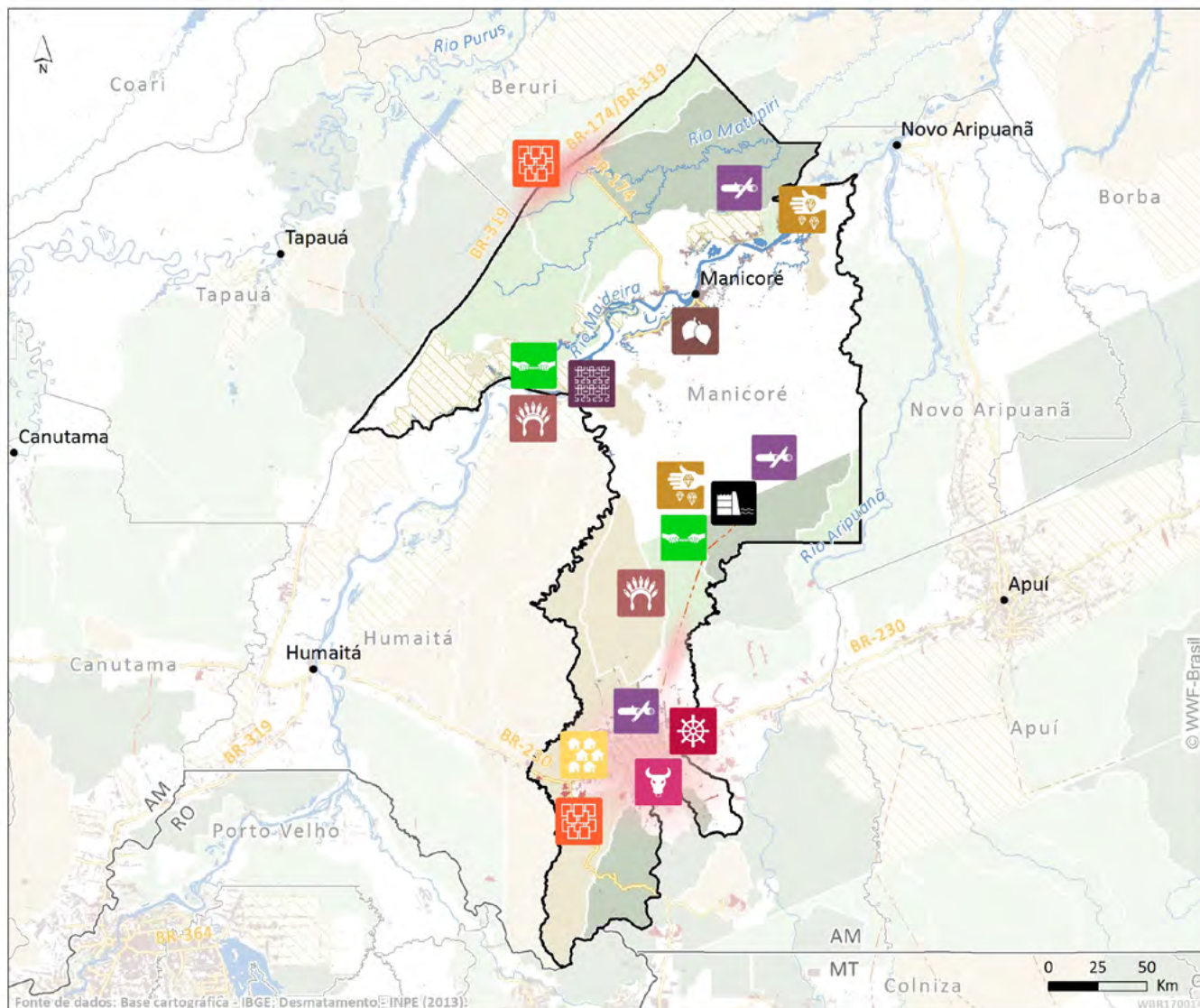
© Lorenz Cordeiro/WWF-Brasil

## MANICORÉ

O município possui 48.299,245 km<sup>2</sup>, dos quais 35,26% são destinados a UCs estaduais e federais (sendo 8,65% de UCs recentemente criadas), 16,64% são terras indígenas; 4,5% são o projeto de assentamento extrativista (PAE) e 0,7% o projeto de assentamento (PA) Matupi. A população apresenta tendência de crescimento, alcançando cerca de 53 mil habitantes em 2016, o que correspondeu a uma taxa de crescimento geométrico de 1,6 entre 2015 e 2016 - valor acima da taxa nacional para o mesmo período (0,8). O IDHM (ano 2010) atingiu 0,58, abaixo do IDH nacional para o mesmo ano (0,69), enquanto que o IPS alcançou a pontuação 52,71 (ano 2014). O IDHM e IPS de Manicoré ficaram, respectivamente, em 4<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> posição dentre os municípios visitados. No que se refere à educação, Manicoré conta com uma unidade da UEA. A dinâmica de uso solo se destaca em duas regiões específicas do município, as quais possuem diferentes perfis de ocupação. Na sede municipal e entorno, a região é caracterizada por pequenas indústrias, mercados e serviços que

atendem as atividades de extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, pesca, agricultura familiar e de pequena escala. Na região sul do município, onde encontra-se o assentamento PA Santo Antonio de Matupi (regionalmente denominado com “180” ou “Distrito Matupi”), a economia se faz pela forte presença de produção pecuária e madeireira. As atividades irregulares que ameaçam o desenvolvimento sustentável são: garimpo, grilagem de terras, extração de madeira irregular, e pesca predatória (peixes e quelônios). A ausência de aplicação de técnicas de manejo de pastagem também torna a atividade pecuária um agente de degradação de recursos naturais. O acesso à sede municipal se dá por via aérea (taxi aéreo) e via fluvial (rio Madeira), sendo este reconhecido como o principal meio logístico de escoamento da produção. Há expectativa de reforma BR-174 para viabilizar a ligação com a BR-319. Não existe acesso direto entre a sede municipal e a porção sul do município, que se dá somente pela BR-230 (Transamazônica).





Legenda do mapa:

- Avanço de desmatamento
- Falta de governança
- Desmatamento ilegal
- Projeto de hidrelétrica
- Pressão para avanço da agricultura
- Pesca predatória
- Grilagem
- Conflito por castanheiras
- Ocupação irregular
- Conflito indígena
- Estudo para criação de TI
- Pontos de escoamento informal
- Garimpo
- Conflito por terra
- Cidades
- Hidrografia
- Estradas
- Ramais existentes
- Ramais planejados
- Município de Interesse
- Limite estadual
- Limite municipal
- UC - Proteção Integral
- UC - Uso sustentável
- Terras Indígenas
- Assentamentos
- Desmatamento 2008 a 2013
- Áreas degradadas (extração seletiva e fogo)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 532 (t)

Arroz 4 (t)

Feijão 2 (t)

Banana 3.396 (t)

Cacau 62 (t)

Café 11 (t)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 100.837

vacas ordenhadas (quantidade) 6.689

leite de vaca - produção (mil litros) 2.890





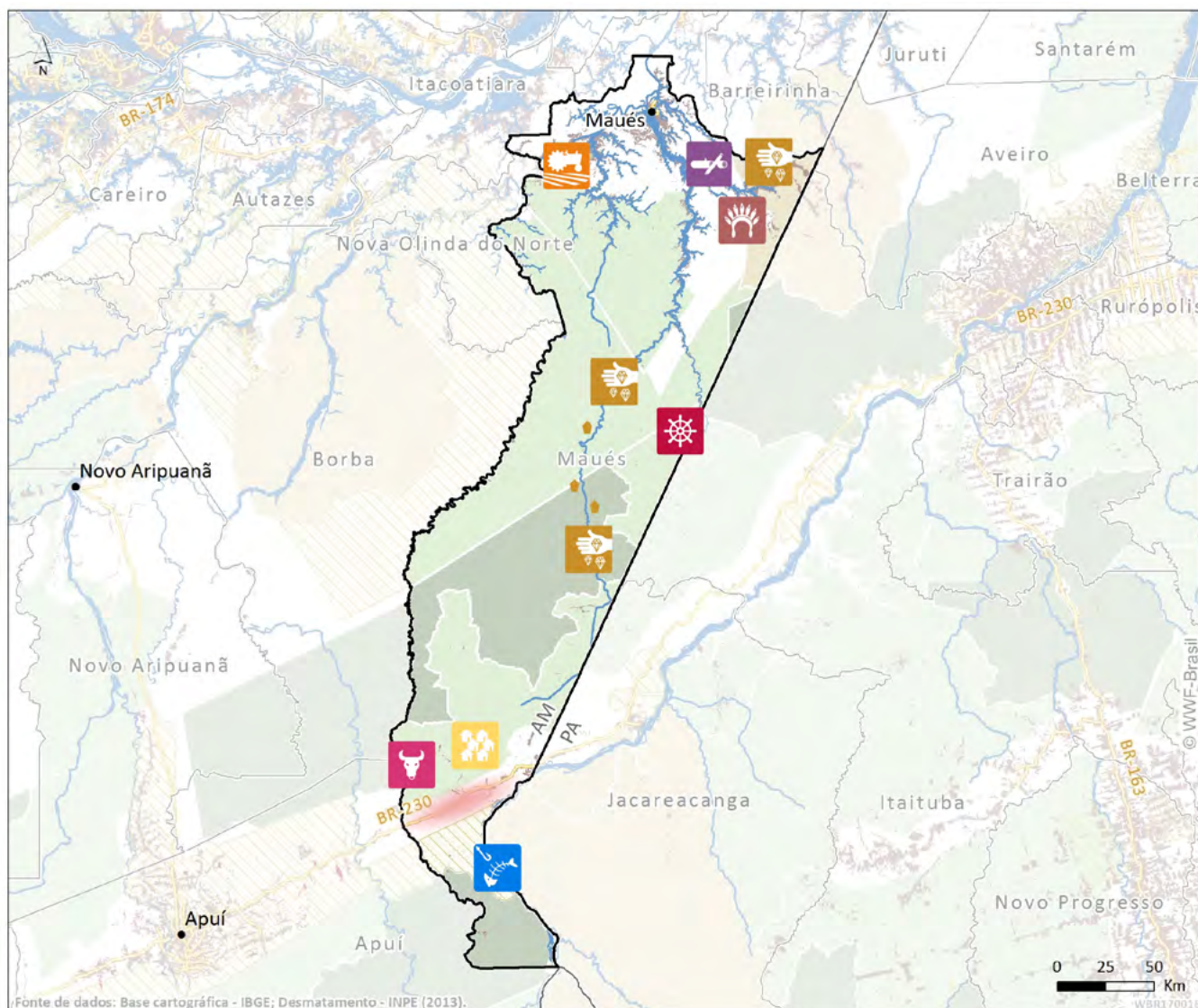
© Lorenza Cordellio/WWF-Brasil

## MAUÉS

Maués possui 39.991,63 km<sup>2</sup>, sendo que 73,28% são destinados a UCs estaduais e federais (sendo 13,36% da UC FLONA de Urupadi recentemente criada), 3,20% são terras indígenas e 2,47% são assentamentos. Para o período de 2015 e 2016 a taxa de crescimento populacional geométrico foi de 1,9 – mesmo valor que Apuí e Lábrea – taxa maior que o indicador nacional para o mesmo período (0,8). Maués alcançou a população total de aproximadamente 61 mil habitantes em 2016. O IDHM em 2010 era 0,588, ocupando a 3ª posição entre os municípios visitados, enquanto o IPS em 2014 foi o pontuado em 60,05, o melhor IPS dentre todos no presente estudo. A região conta com uma unidade de ensino da UEA, IFAM e CETAM. Assim como outros municípios do sul do Amazonas, as frentes de ocupação do solo de Maués também se apresentam divididas em duas regiões principais, sendo que a região sul do município não tem estreita relação com a sede municipal. Próximo à sede se concentram indústrias, serviços e feiras,

configurando um importante centro comercial para a região. Os produtores têm perfil de produção agrícola e extrativista, sendo reconhecido como um importante polo de produção de guaraná de alta qualidade e região extratora de óleo de pau rosa. É importante destacar que Maués possui uma fábrica da AMBEV de produção e beneficiamento do refrigerante Guaraná e uma unidade da Embrapa destinada ao estudo desse fruto. O município também tem forte vocação para o turismo, extração mineral e florestal. Na porção sul, a Transamazônica impulsiona a região, ocorrendo uma dinâmica de ocupação vinculada com a BR– ocupação irregular, desmatamento, pasto – e forte relação comercial com Apuí, município vizinho acessado por meio da estrada. Dentre as principais ameaças para o desenvolvimento sustentável do município, cita-se a ocupação desordenada, o garimpo, a extração ilegal de madeira e a caça e pesca predatórias. A principal forma de acessar a sede municipal é por via fluvial, por onde a produção é escoada, e via aérea (taxi aéreo).





Legenda do mapa:

- Avanço de desmatamento
- Falta de governança
- Desmatamento ilegal
- Projeto de hidrelétrica
- Pressão para avanço da agricultura
- Pesca predatória
- Grilagem
- Conflito por castanheais
- Ocupação irregular
- Conflito indígena
- Estudo para criação de TI
- Pontos de escoamento informal
- Garimpo
- Conflito por terra
- Cidades
- Hidrografia
- Estradas
- Ramais existentes
- Ramais planejados
- Município de interesse
- Limite estadual
- Limite municipal
- UC – Proteção Integral
- UC – Uso sustentável
- Terras Indígenas
- Assentamentos
- Desmatamento 2008 a 2013
- Áreas degradadas (extração seletiva e fogo)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 40 (t)

Arroz 8 (t)

Feijão 8 (t)

Banana 914 (t)

Cacau 2 (t)

Café -

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 14.700

vacas ordenhadas (quantidade) 2.205

leite de vaca - produção (mil litros) 794

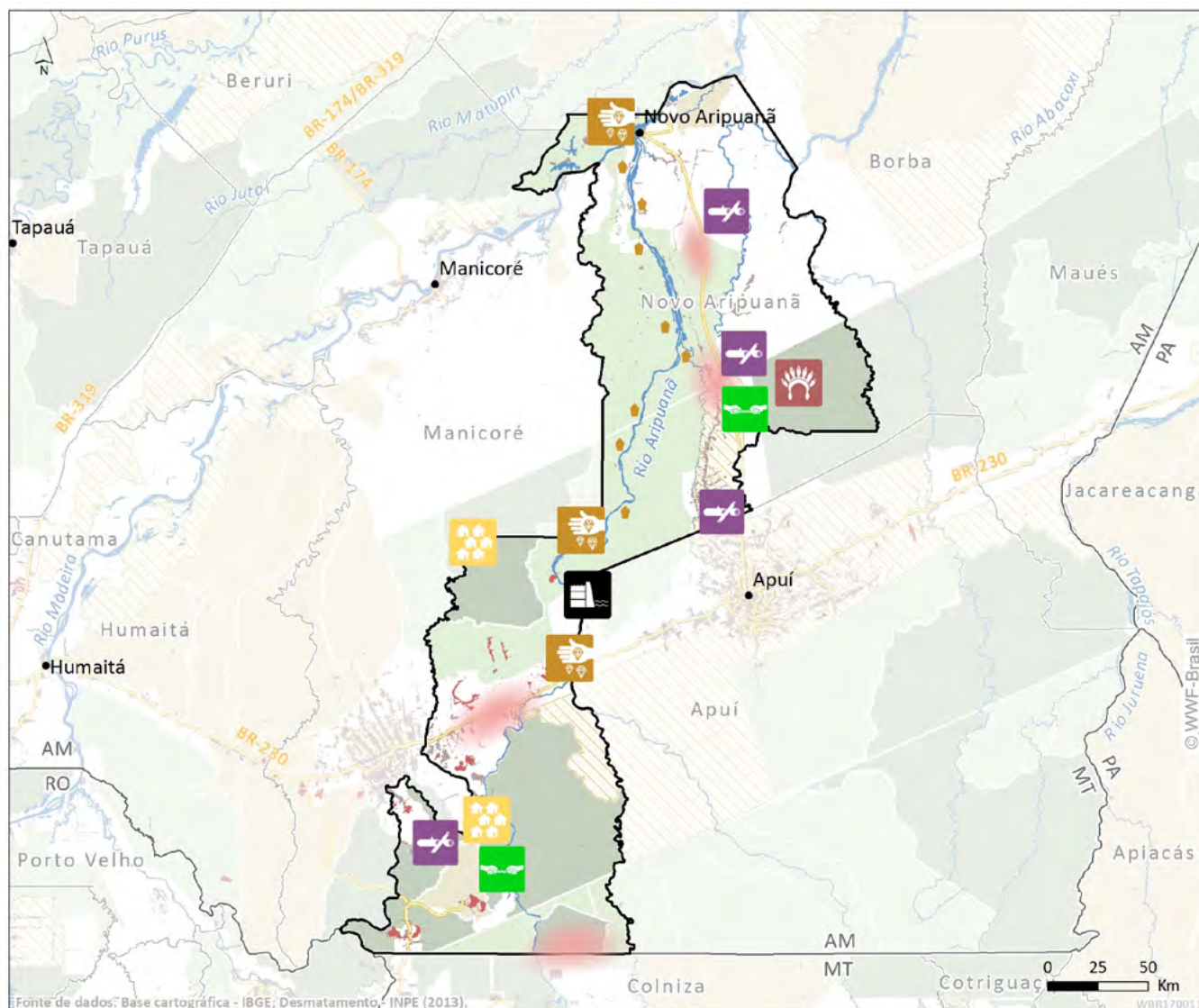




## ARIPUANÃ

O município possui 41.166,848 km<sup>2</sup> dos quais 60,84% são destinados a UCs 5,75% para assentamentos e 4% para terras indígenas. A população apresenta tendência de crescimento, alcançando cerca de 24 mil habitantes em 2016, o que correspondeu a uma taxa de crescimento geométrico de 1,7 entre 2015 e 2016 - valor acima da taxa nacional para o mesmo período (0,8). O IDHM em 2010 atingiu 0,55, enquanto que o IPS alcançou a pontuação 51,22 em 2014. O IDHM e IPS de Novo Aripuanã ficaram, em 6<sup>a</sup> posição dentre os municípios do sul do Amazonas. No que se refere à educação, Novo Aripuanã conta com uma unidade da UEA. O setor florestal de Novo Aripuanã, um dos setores mais importantes do município, é um dos mais organizados da região sul do Amazonas. Isso deve-se a uma iniciativa do SEBRAE juntamente com empresários locais. Há grande preocupação pela dificuldade de acesso a áreas tituladas que

viabilizem o manejo florestal legalizado. Na porção sul do município, ao longo da BR-230, destaca-se a produção pecuária, porém os serviços e comércio são essencialmente vinculados aos municípios de Apuí e sul de Manicoré (distrito de Matupi). Entre os recursos naturais mais explorados na região estão os minérios, com destaque para o ouro, cobre, ferro, fosfato e potássio. As atividades irregulares que ameaçam o desenvolvimento sustentável são: garimpo, grilagem de terras, desmatamento, extração de madeira irregular, e pesca predatória (peixes e quelônios). A ausência de aplicação de técnicas de manejo de pastagem também torna a atividade pecuária um agente de degradação de recursos naturais. O acesso à sede municipal se dá por via fluvial (rio Madeira), sendo este reconhecido como o principal meio logístico de escoamento da produção e via rodoviária que liga Novo Aripuanã até Apuí, na Transamazônica.



### Legenda do mapa:



### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 68 (t)

Arroz 223 (t)

Feijão 21 (t)

Banana 1.637 (t)

Cacau 55 (t)

Café 54,96

### PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 11.850

vacas ordenhadas (quantidade) 1.100

leite de vaca - produção (mil litros) 180

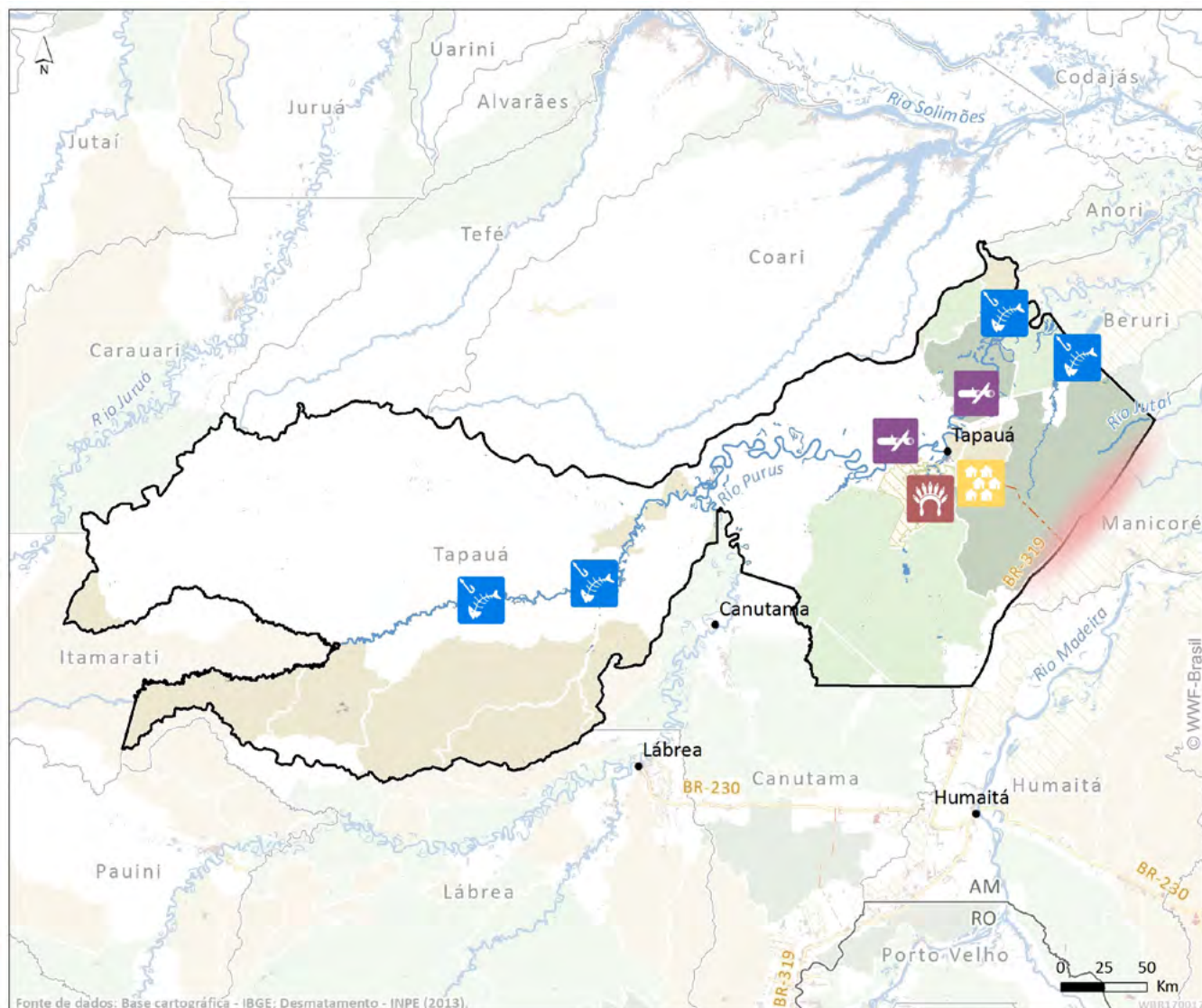




## TAPAUÁ

Tapauá possui 89.946,14 km<sup>2</sup>, sendo que 24,71% são destinados a UCs estaduais e federais, 19,73% são terras indígenas e 1,22% são assentamentos. É o único município estudado que apresentou taxa de crescimento populacional geométrico negativo, obtendo valor de -0,6 entre 2015 e 2016, totalizando cerca de 18 mil habitantes em 2016. O IDHM (ano 2010) era 0,502, e em 2014 a pontuação do IPS alcançou 49,09 - ocupando, a última posição, para ambos os indicadores, entre os municípios visitados. Em termos de educação profissionalizante pública, conta com apenas uma unidade do CETAM. Tapauá é o maior município em extensão territorial dentre todos os estudados e é a região que apresenta os mais baixos indicadores sociais. Apresenta, também, uma extensa área ainda sem destinação, e aparentemente também sem ocupação antrópica. Outra peculiaridade do município é seu isolamento geográfico. Tapauá

não é acessível por nenhum eixo rodoviário, tanto próximo à sede municipal, quanto nas áreas mais distantes. No entanto existe especulações sobre uma possível abertura para acesso à BR 319 na sua porção leste. Os produtores locais têm perfil de produção essencialmente extrativista e agricultura de subsistência, com elevado potencial madeireiro, porém com limitado escoamento. Dentre as principais ameaças para o desenvolvimento sustentável do município, cita-se a caça e pesca predatórias de peixes e quelônios, com elevada pressão sobre os recursos pesqueiros. Também existe um aumento da exploração de recursos florestais na área leste, nas proximidades com a BR 319. Tapauá possui acesso à sede municipal por via fluvial (rio Purus) e também ligação aérea (taxi aéreo), contudo sem nenhum acesso rodoviário, o que faz com que o escoamento da produção ocorra predominantemente por via fluvial.



Fonte de dados: Base cartográfica - IBGE; Desmatamento - INPE (2013).

### Legenda do mapa:

- |  |                                    |  |   |
|--|------------------------------------|--|---|
|  | Avanço de desmatamento             |  | Cidades                                     |
|  | Falta de governança                |  | Hidrografia                                 |
|  | Desmatamento ilegal                |  | Estradas                                    |
|  | Projeto de hidrelétrica            |  | Ramais existentes                           |
|  | Pressão para avanço da agricultura |  | Ramais planejados                           |
|  | Pesca predatória                   |  | Município de interesse                      |
|  | Grilagem                           |  | Limite estadual                             |
|  | Conflito por castanhas             |  | Limite municipal                            |
|  | Ocupação irregular                 |  | UC – Proteção Integral                      |
|  | Conflito indígena                  |  | UC – Uso sustentável                        |
|  | Estudo para criação de TI          |  | Terras Indígenas                            |
|  | Pontos de escoamento informal      |  | Assentamentos                               |
|  | Garimpo                            |  | Desmatamento 2008 a 2013                    |
|  | Conflito por terra                 |  | Áreas degradadas (extração seletiva e fogo) |

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Milho 48 (t)

Arroz -

Feijão 2 (t)

Banana 45 (t)

Cacau -

Café -

### PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

bovinos (efetivo rebanho) 1.950

vacas ordenhadas (quantidade) 200

leite de vaca - produção (mil litros) 58



Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado  
do Amazonas: subsídios para análise da paisagem

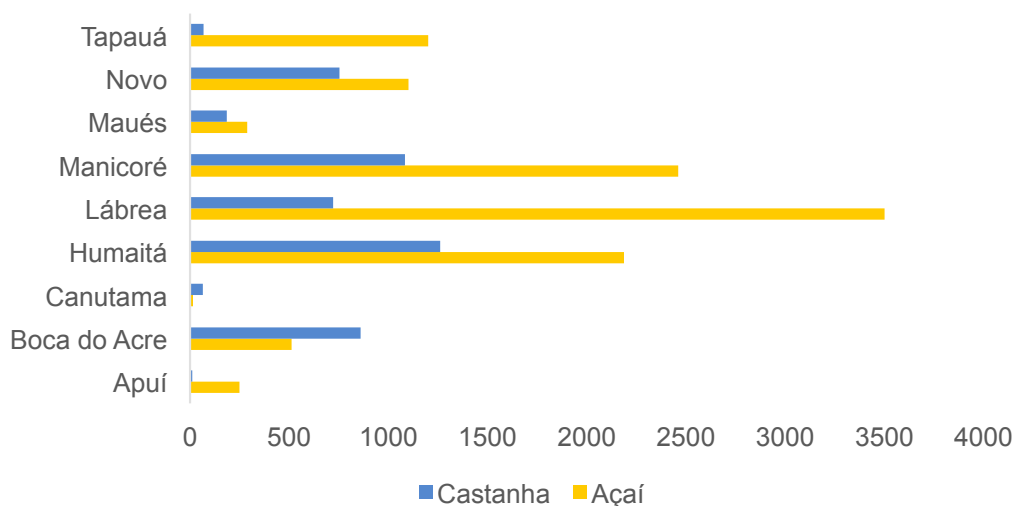
## EXTRATIVISMO



## EXTRATIVISMO

Produtos extrativistas alimentícios mais explorados.

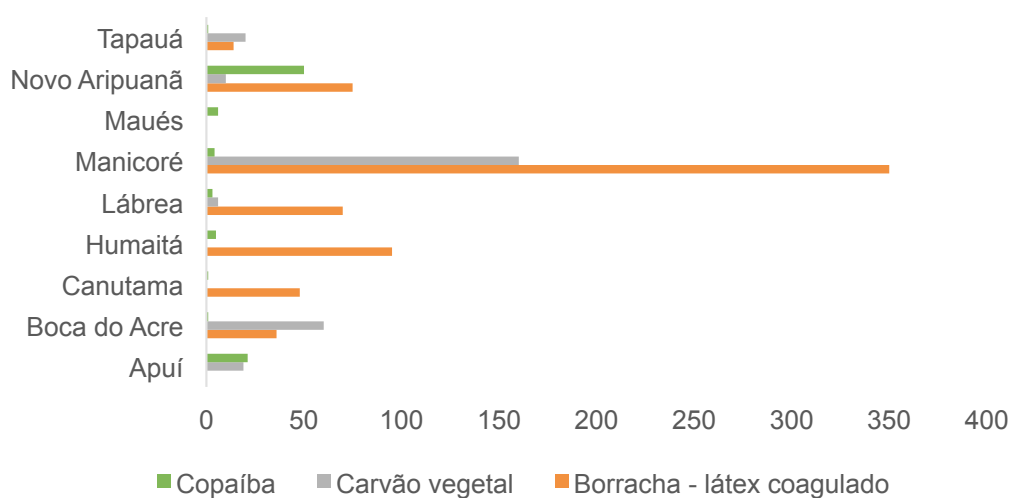
### Extrativismo - açaí e castanha (toneladas)



Em 2014, o estado do Amazonas produziu 66 mil toneladas de açaí e 12 mil toneladas de castanha, segundo o IBGE, ocupando a segunda posição no ranking nacional de produção desses dois alimentos

A borracha, o carvão vegetal e a copaíba também são bastante exploradas, além de outros óleos vegetais, como a Andiroba, o Murumuru, a Castanha e a Essência do Pau Rosa.

### Extrativismo - borracha, copaíba e carvão (t)





## PESCADO

A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte.

As taxas de consumo de pescado na Amazônia são as maiores do mundo, com média estimada em 369 g/pessoa/dia ou 135 kg/ano, constituindo-se na principal fonte de proteínas para as populações humanas residentes. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/

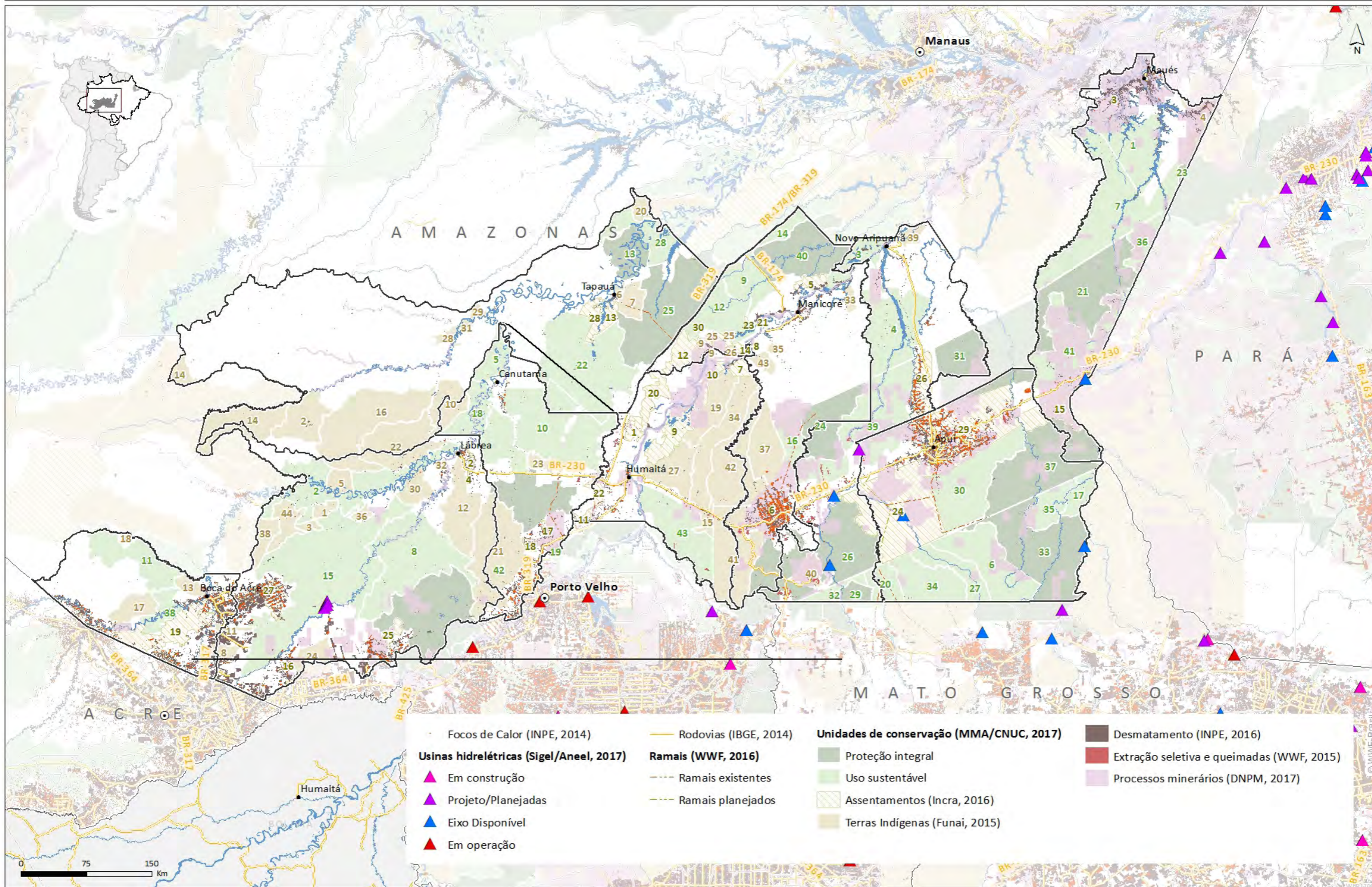
ONU), o consumo per capita recomendado é de 12 kg/ano, porém, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, o consumo brasileiro é de apenas 10,6 kg de pescado per capita/ano.

É praticamente impossível determinar com certa precisão o potencial pesqueiro da bacia Amazônica, entretanto, cálculos efetuados por pesquisadores sugerem valores situados entre 270 mil e 902 mil toneladas/ano, com base num rendimento médio de 40 a 60 kg/ha/ano.





# Ameaças na região do Sul do Amazonas





## ASSENTAMENTOS

Assentamento	Área (ha)	Famílias assentadas	Capacidade
PDS Realidade (1)	42.901	307 famílias (1.350 famílias)	300
PA Umari (2)	9.017	216 famílias	158
PA Aliança (3)	2.969	74 famílias	89
PA Pacíá (4)	5.221	255 famílias	305
PAE Jenipapo (5)	40.401	480 famílias	450
PA Matupi (km 180) (6)	34.344	558 famílias (10 a 15 mil habitantes)	533
PAE Uruapiara (7)	40.860	266 famílias	270
PAE Santa Fé (8)	4.770	63 famílias	80
PAE São Joaquim (9)	192.937	193 famílias	300
PAE Floresta do Ipixuna (10)	29.581	89	170
PAE Novo Oriente (11)	19.409	51 famílias	60
PAE Lago do Acará (12)	108.214	48 famílias	150
PDS Samauma (13)	42.330	334 famílias	500
PAE Fortaleza (14)	26.779	49 famílias	100
PAE São Benedito (15)	203.088	85 famílias	110

Assentamento	Área (ha)	Famílias assentadas	Capacidade
PDS Gedeão (16)	11364	113 famílias	160
PAE Rio Açua (17)	13.296	57 famílias	144
PA São Francisco (18)	18.120	421 famílias	298
PAE Antimary (19)	260.227	467 famílias	1118
PAE Botos (20)	101.397	234 famílias	300
PAE Onças (21)	9.500	330	440
PAE Santa Maria Auxiliadora (22)	35.419	165 famílias	150
PAE Matupiri (23)	9.712	71	70
PAE Aripuanã-Guariba (24)	792.166	63 famílias	80
PAF Curuquete (25)	40.928	13 famílias	100
PA Acari (26)	161.700	864 famílias	1.773
PA Monte (27)	113.118	1.359 famílias	1060
PDS Primavera (28)	67.958	129 famílias	240
PA Rio Juma (29)	689.000	6.334 famílias	7500
PAE Baetas (30)	39.562	45	100

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Município	Nome da UC	GRUPO	ESFERA	Área UC no município (ha)	% do município com UC	Total por Grupo (%)	Total por município (%)
Apuí	PARNA DO JURUENA (37)	PI	federal	639513,61	11,75	28,32	67,39
	PARQUE ESTADUAL SUCUNDURI (33)	PI	estadual	795074,67	14,61		
	PARNA DO ACARI (31)	PI	federal	106613,24	1,96		
	FLONA DE JATUARANA (30)	US	federal	571331,02	10,50	39,06	
	RDS ARIPUANÁ (27)	US	estadual	217687,72	4,00		
	RDS BARARATI (17)	US	estadual	110546,20	2,03		
	RESEX DO GUARIBA (20)	US	estadual	106674,52	1,96		
	FLORESTA ESTADUAL APUÍ (35)	US	estadual	183617,11	3,37		
	FLORESTA ESTADUAL ARIPUANA (34)	US	estadual	329046,92	6,05		
FLONA DO ARIPUANÁ (39)	US	federal	480143,53	8,82	21,50		
FLONA DE MAPIÁ-INAUINÁ (11)	US	federal	126418,84	2,32			
RESEX ARAPIXI (38)	US	federal	134550,14	6,11			
Boca do Acre	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CUNIÁ (19)	PI	federal	338834,59	15,39	24,42	69,33
	PARNA MAPINGUARI (42)	PI	federal	15320,95	0,52		
	FLONA DE BALATA-TUFARI (10)	US	federal	710725,27	23,90		
	FLORESTA ESTADUAL DE TAPAUÁ (22)	US	estadual	978979,48	32,92		
	RESEX CANUTAMA (18)	US	estadual	18784,38	0,63		
Canutama	FLORESTA ESTADUAL CANUTAMA (5)	US	estadual	197884,23	6,65	44,91	14,11
	FLONA DE HUMAITÁ (43)	US	federal	139850,75	4,70		
	FLONA DE HUMAITÁ (43)	US	federal	466968,72	14,11		
Lábrea	PARNA MAPINGUARI (42)	PI	federal	888668,99	12,99	12,99	53,99
	RESEX DO MÉDIO PURUS (2)	US	federal	552394,70	8,07		
	FLONA DO IQUIRI (15)	US	federal	1476109,61	21,57		
Manicoré	RESEX ITUXI (8)	US	federal	776935,61	11,35	41,00	35,26
	PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS (26)	PI	federal	178371,56	3,69		
	PARQUE ESTADUAL DO MATUPIRI (40)	PI	estadual	457937,96	9,47		
	REBIO DO MANICORÉ (24)	PI	federal	195948,31	4,05	18,05	
	RESEX DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE (12)	US	federal	304144,83	6,29		
	RDS RIO AMAPÁ (9)	US	estadual	214235,38	4,43		
	RDS IGAPÓ-AÇU (14)	US	estadual	90175,59	1,86		
	RDS DO RIO MADEIRA (3)	US	estadual	42021,43	0,87		
	APA DOS CAMPOS DE MANICORÉ (16)	US	federal	151806,53	3,14		
Maués	FLONA DO ARIPUANÁ (39)	US	federal	70710,77	1,46	20,82	73,28
	PARNA DA AMAZÔNIA (23)	PI	federal	15022,22	0,37		
	PARNA DO JURUENA (47)	PI	federal	150710,99	3,75		
	ESEC ALTO MAUÉS (21)	PI	federal	670346,94	16,69		
	FLONA DE PAU-ROSA (7)	US	federal	974956,35	24,27		
	FLONA DO AMANÁ (36)	US	federal	142250,67	3,54		
	FLORESTA ESTADUAL MAUÉS (1)	US	estadual	453173,82	11,28		
Novo Aripuanã	FLONA DE URUPADI (41)	US	federal	536756,33	13,36	27,71	60,84
	PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS (26)	PI	federal	652535,85	15,80		
	PARQUE ESTADUAL GUARIBA (29)	PI	estadual	70936,54	1,72		
	PARNA DO ACARI (31)	PI	federal	257240,94	6,23		
	REBIO DO MANICORÉ (24)	PI	federal	163352,55	3,96		
	RESEX DO GUARIBA (20)	US	estadual	41103,51	1,00		
	FLORESTA ESTADUAL MANICORÉ (32)	US	estadual	83010,66	2,01		
	RDS DO JUMA (4)	US	estadual	580060,63	14,05		
RDS DO RIO MADEIRA (3)	US	estadual	108690,46	2,63			
Tapauá	FLONA DO ARIPUANÁ (39)	US	federal	554923,92	13,44	33,13	24,71
	REBIO DO ABUFARI (13)	PI	federal	223678,97	2,51		
	PARNA NASCENTES DO LAGO JARI (25)	PI	federal	760288,43	8,52		
	FLONA DE BALATA-TUFARI (10)	US	federal	98817,35	1,11		
	RDS PIAGAÇU-PURUS (28)	US	estadual	248697,08	2,79		
	FLORESTA ESTADUAL DE TAPAUÁ (22)	US	estadual	862012,98	9,66		
TOTAL	FLORESTA ESTADUAL CANUTAMA (5)	US	estadual	10709,96	0,12	13,68	46,2% da área total, sendo 65% US e 35% PI
				19.716.594,33 hectares			

## TERRAS INDÍGENAS

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, sua etnia, municípios a que pertence, área e a fase de implementação, segundo dados da FUNAI.

Terra Indígena	Etnia	Município	Área (ha)	Fase do processo
Acimã (1)	Apurinã	Lábrea	40.686,03	Regular
Alto Sepatini (3)	Apurinã	Lábrea	26.095,69	Regular
Andirá-Marau (4)	Sateré-Mawé	Maués e outros	788.528,38	Regular
Apurinã do Igarapé Mucuí (5)	Apurinã	Lábrea	73.350,61	Regular
Apurinã do Igarapé São João (6)	Apurinã	Tapauá	18.232,42	Regular
Apurinã Igarapé Tauamirim (7)	Apurinã	Tapauá	96.456,50	Regular
Apurinã Km 124 BR-317 (8)	Apurinã	Lábrea e Boca do Acre	42.197,60	Regular
Ariramba (9)	Múra	Manicoré	10.357,53	Regular
Banawá (10)	Banawá	Lábrea, Canutama e Tapauá	192.659,66	Declarada
Boca do Acre (11)	Apurinã	Boca do Acre e Lábrea	26.240,42	Regular
Caititu (12)	Apurinã	Lábrea	308.062,61	Regular
Camicua (13)	Apurinã	Boca do Acre	58.519,59	Regular
Deni (14)	Deni	Lábrea, Tapauá e outros	1.531.303,49	Regular
Diahui (15)	Diahói	Humaitá	47.354,60	Regular
Hi Merimã (16)	Himarimã	Lábrea e Tapauá	677.840,32	Regular
Igarapé Capana (17)	Jamamadí	Boca do Acre	122.555,66	Regular
Inauini/Teuini (18)	Jamamadí	Boca do Acre e Pauini	468.996,3	Regular
Ipixuna (19)	Diahói	Humaitá	215.362,1	Regular
Itaxi Mitari (20)	Apurinã	Tapauá e outros	182.134,77	Regular
Jarawara/Jamamadi/Kanamati (22)	Yaminawa, Jamamadi, Kanamari	Lábrea e Tapauá	390.233,05	Regular
Juma (23)	Juma	Canutama	38.351,14	Regular
Kaxarari (24)	Kaxarari	Porto Velho e Lábrea	145.889,98	Regular
Lago Capanã (25)	Múra	Manicoré	6.321,59	Regular
Lago Jauari (26)	Múra	Manicoré	12.023,08	Regular
Novo de Janeiro (27)	Diahói	Humaitá	228.777,09	Regular
Paumari do Cuniua (28)	Paumari	Tapauá	42.828,04	Regular
Paumari do Lago Manissuã (29)	Paumari	Tapauá	22.970,06	Regular
Paumari do Lago Marahã (30)	Apurinã	Lábrea	118.766,88	Regular
Paumari do Lago Paricá (31)	Paumari	Tapauá	15.792,11	Regular
Paumari do Rio Ituxi (32)	Paumari	Lábrea	7.572,41	Regular
Pinatuba (33)	Múra	Manicoré	29.564,93	Regular
Pirahã (34)	Pirahã, Mura	Humaitá	346.910,56	Regular
Rio Manicoré (35)	Múra	Manicoré	19.481,86	Regular
São Pedro do Sepatini (36)	Apurinã	Lábrea	27.644,24	Regular
Sepoti (37)	Tenharim	Manicoré e Humaitá	251.348,98	Regular
Seruini/Mariene (38)	Apurinã	Pauini e Lábrea	144.971,36	Regular
Setemã (39)	Múra	Borba e Novo Aripuanã	49.772,95	Homologadaa
Tenharim do Igarapé Preto (40)	Tenharim	Novo Aripuanã	87.413,14	Regular
Tenharim Marmelos (41)	Tenharim	Humaitá e Manicoré	497.521,74	Regular
Tenharim Marmelos (gleba B) (42)	Tenharim	Humaitá e Manicoré	474.741,60	Regular
Torá (43)	Apurinã, Torá	Humaitá e Manicoré	54.960,98	Regular
Tumiã (44)	Apurinã	Lábrea	124.357,4	Regular
Zuruahã (2)	Zuruahã	Tapauá	239.069,74	Regular
<b>TOTAL</b>			<b>8.304.219,2</b>	<b>sendo 6.444.088,32 ha na área de estudo 15% da área total</b>

Fonte: FUNAI, 2016.

Terra Indígena Interditada, municípios inseridos, área e status do processo.

Terra Indígena	Etnia	Município	Área (ha)	Fase do processo
Jacareúba/Katauixi (restrição de uso) (21)	Isolados	Canutama e Lábrea	647.396	Em estudo

Fonte: FUNAI, 2016.

Sobreposição entre UCs ou entre UC e TI correspondem a 664.628 hectares. Desta forma, excluindo as sobreposições, alcança-se uma área protegida aproximada de 20 milhões de hectares, o que corresponde a cerca de 60% da área total dos 9 municípios.

Terras indígenas em estudo

Terra Indígena	Etnia	Município	Área (ha)	Fase do processo
Jaminawá da Colocação São Paulino	Yaminawa	Boca do Acre		Em estudo
Kaxari – AM RO	Kaxarari	Porto Velho e Lábrea		Em estudo
Massekury/Kâmapa	Jamamadí e Apurinã	Boca do Acre		Em estudo

Fonte: FUNAI, 2016.



## EXTRATIVISMO

Estudos indicam que os produtos florestais não madeireiros são importantes fontes de renda complementar às populações tradicionais e ribeirinhas da região sul do Amazonas. No entanto, a obtenção de dados reais e oficiais de produção ainda é um desafio, visto que informalidade é predominante na cadeia de valor destes produtos.

Produção oriundas do extrativismo vegetal no Estado do Amazonas, entre 2010 e 2014.

	Grupo do produto	2010	2011	2012	2013	2014
Alimentícios (Ton.)	Açaí (fruto)	3.256	89.480	71.146	71.783	66.642
	Castanha-do-pará	16.039	14.661	10.478	11.785	12.901
	Umbu (fruto)	2	2	-	-	-
	Outros	-	-	82	45	48
Boracha e gomas (Ton.)	Hevea (látex coagulado)	2.331	2.018	1.487	1.280	1.049
	Balata	-	-	-	-	-
	Maçaranduba	5	-	-	-	-
	Sorva	2	1	1	-	1
Fibras (Ton.)	Buriti	0	0	-	2	2
	Piaçava	2.230	2.040	2.209	2.140	2.166
	Outras	331	232	274	298	181
Madeira	Carvão vegetal (Ton.)	2.212	2.108	1.534	1.439	1.430
	Lenha (m3)	1.385.893	1.259.860	994.103	840.569	845.768
Oleaginosos (Ton.)	Babaçu (amêndoa)	12	9	6	6	5
	Copaíba (óleo)	538	168	94	119	124
	Cumarú (amêndoa)	-	-	3	2	14
	Tucum (amêndoa)	16	13	-	-	-
	Outros	239	239	86	75	62

Fonte: Adaptado de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) do IBGE.





© Lorenza Cordeiro/WWF-Brasil

## A PAISAGEM DO SUL DO AMAZONAS

A dinâmica de ocupação da região sul do estado do Amazonas envolve, necessariamente, as vias de acesso, tanto fluviais quanto rodoviárias. Entretanto, se por um lado, as vias de acesso foram importantes porta de entrada para a exploração dos recursos naturais e ocupação da região, por outro lado também são fortes limitantes ao escoamento da produção.

Os rios estão predominantemente ocupados por comunidades tradicionais ribeirinhas e povos indígenas, que tentem a utilizar os recursos naturais de forma sustentável. A caça, pesca e os plantios agrícolas sazonais nos períodos de seca são as principais atividades produtivas nesse perfil de ocupação, enquanto que a pesca e caça predatória, por pescadores profissionais advindos de outras regiões, estão entre as principais ameaças às comunidades ribeirinhas.

Com aproximadamente 60% do território protegido por UC e TI, sem considerarmos eventuais

sobreposição, a atividade extrativista é forte na região, com destaque para a exploração de castanha, açaí, óleos vegetais e pescado. Contudo, a fragilidade dos elos da cadeia de valor dos produtos extrativistas é uma forte ameaça ao setor.

Os eixos rodoviários, por outro lado, estão mais ligados a exploração intensiva dos recursos naturais, principalmente extração de madeira de forma ilegal, seguidos pela abertura de áreas para produção pecuária extensiva e especulação imobiliária. Vale destacar que a ocupação às margens das rodovias ocorre, predominantemente, por pessoas vindas de outras regiões em busca oportunidades de trabalho e ocupação de áreas devolutas da União ou do estado. Dentre as atividades econômicas principais, destaca-se a exploração madeireira e a pecuária.

A vocação da região para desenvolver o setor florestal é evidente e potencializada pela presença de diversas UC de Uso Sustentável. No entanto, informações



precisas da produção madeireira são de difícil obtenção, seja pelas práticas ilegais de “esquentar” madeira ou pela comercialização de matéria prima oriunda de exploração ilegal que posteriormente é adicionada na cadeia de valor. Alia-se a isso, que a carência de áreas privadas tituladas são um forte entrave para o licenciamento do manejo florestal. Nesse sentido, o reconhecimento do sul do Amazonas como uma área prioritária para a execução de políticas florestais, como por exemplo a criação de um distrito florestal, deverá fortalecer e fomentar práticas sustentáveis de manejo florestal e contribuir com a legalização da cadeia de produção da madeira.

A pecuária, uma importante atividade produtiva da região, pode ser melhor explorada trazendo o componente de sustentabilidade para o setor. A adequação ambiental das propriedades, a disseminação de boas práticas agropecuárias, o desenvolvimento da atividade fora das áreas protegidas, o manejo adequado e a melhoria das condições logísticas de escoamento da produção são fatores que poderão melhorar os indicadores produtivos. O mesmo se aplica para as produções agrícolas em maior escala, como o guaraná e o café.

Não se pode deixar de lado outra aptidão da região, em especial na porção sudeste do estado, a exploração mineral. Existem várias autorizações do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) para exploração de ouro e outros minerais, porém estima-se que boa parte da exploração ainda ocorra em garimpos ilegais.

Diante do exposto, é evidente o emaranhado de atores que estão envolvidos nas várias atividades desenvolvidas localmente. A ausência de um planejamento regional e a falta de diálogo desses stakeholders pode acelerar a ocupação desordenada.

Nesse contexto, a abordagem de paisagem pode ser utilizada, onde os stakeholders se engajam para uma gestão integrada da paisagem, a qual envolve colaboração entre os vários atores com o propósito de alcançar uma paisagem sustentável. Nesse conceito, a estrutura de governança e a integração entre os atores envolvidos variam, assim como o nível de cooperação entre eles (compartilhamento de informações, consulta ou decisão conjunta). De qualquer forma, os componentes sociais, ambientais e econômicos são igualmente importantes.

O planejamento das atividades da paisagem e o entendimento desses atores locais sobre aos rumos para o desenvolvimento da região poderá ser realizado com o estabelecimento de uma Plataforma Multistakeholder, a qual se constitui em uma ferramenta de diálogo entre os atores locais. Trata-se de um espaço para que os stakeholders compartilhem informações, desenvolvam um entendimento comum dos problemas, negociem resultados e, colaborativamente, decidam sobre a implementação de planos de ação para a gestão sustentável dos recursos e monitoramento de resultados. Esse espaço de diálogo poderá contribuir com a formação de uma paisagem sustentável, minimizando desigualdades sociais, facilitando o aprendizado coletivo, gerando renda e conservando a natureza.



Tabela resumo dos municípios da paisagem do sul do Amazonas.

Município	N. estabel. rurais	Área <sup>1</sup> ocupada por estabel. rurais Km	% área rural	Principais conflitos	Principal atividade
Apuí	2.062	4.477,38	8,25	Regularização fundiária e ocupação desordenada ao longo da BR-230. Extração ilegal de madeira. Loteamentos irregulares e sobreposição em UC.	Produção pecuária e madeira
Boca do Acre	1.440	1.451,81	6,61	Extração ilegal de madeira. Expansão da pecuária. Pesca predatória.	Produção pecuária e extrativismo vegetal (madeireiro e não madeireiro)
Canutama	543	608,97	1,81	Ocupação desordenada ao longo da BR-230 e no sul do município, evidenciado por fortes conflitos por posse de terra. Pesca e caça predatória. Extração ilegal de madeira na BR230 e porção sul do município. Disputa por posse da terra no sul do município.	Extrativismo (PFNM e pesca) e agricultura no sul do município. Pescado e açaí
Lábrea	2.144	4.375,06	6,41	Ocupação desordenada no sul do município. Pesca e caça predatória. Extração ilegal de madeira. Sobreposição de TI e UC.	Produção pecuária e extrativismo vegetal (castanha e açaí)
Humaitá	163	681,68	2,05	Ocupação desordenada ao longo das rodovias. Caça e pesca predatória de quelônios. Extração ilegal de madeira na BR319. Mineração. Conflito com indígenas na transamazônica	Extração de madeira. Mineração.
Manicoré	2.166	1.091,40	2,25	Ocupação desordenada no sul do município e ao longo da BR-230, BR319. Extração ilegal de madeira. Garimpo	Produção pecuária e madeira ao longo da BR-230 e extrativismo vegetal
Maués	1.413	779,05	1,94	Fundiários. Pesca e caça predatória. Extração ilegal de madeira. Garimpo.	Turismo, produção de guaraná e extrativismo
Novo Aripuanã	692	598,54	1,45	Regularização fundiária. Extração ilegal de madeira.	Produção madeira. Extrativismo vegetal
Tapauá	194	131,81	0,14	Caça e pesca predatória. Extração ilegal de madeira.	Extrativismo vegetal (açaí) e pescado
<b>Total</b>	<b>10.817</b>	<b>14.195,70</b>			

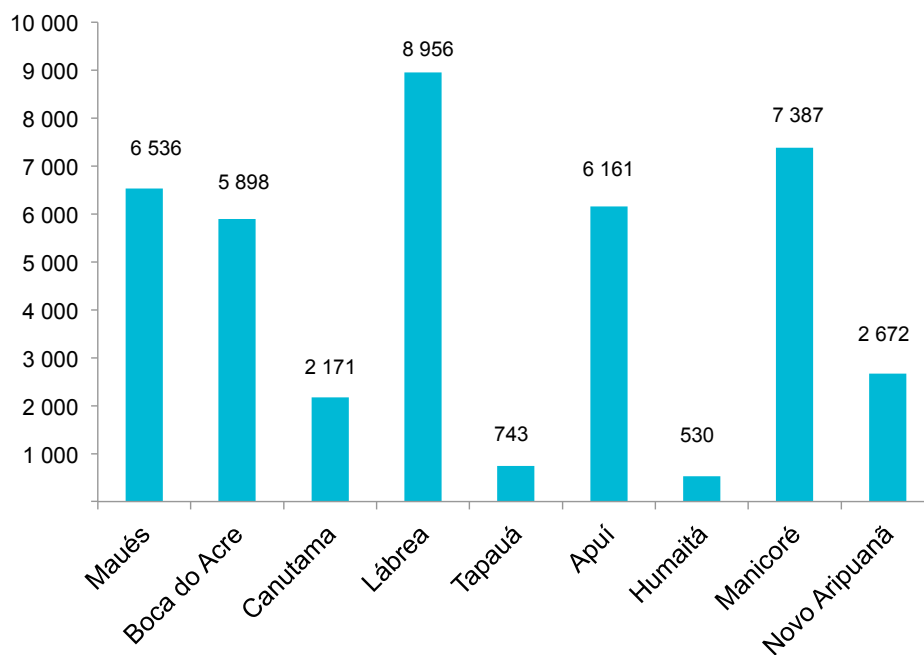
Área total do estudo

319 mil habitantes  
426.701 Km<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Área e o número de estabelecimentos rurais, segundo o Censo Agropecuária de 2006.



Nos 10.817 estabelecimentos rurais da região, trabalham 41.054 pessoas, das quais 37.742 pertencentes às famílias dos agricultores e 3.312 são pessoas contratadas. Dessas últimas, a maioria são contratados por um curto período de tempo, menor que 60 dias, para auxiliar na fase de plantio.



# Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas: subsídios para análise da paisagem

## DIMENSÃO

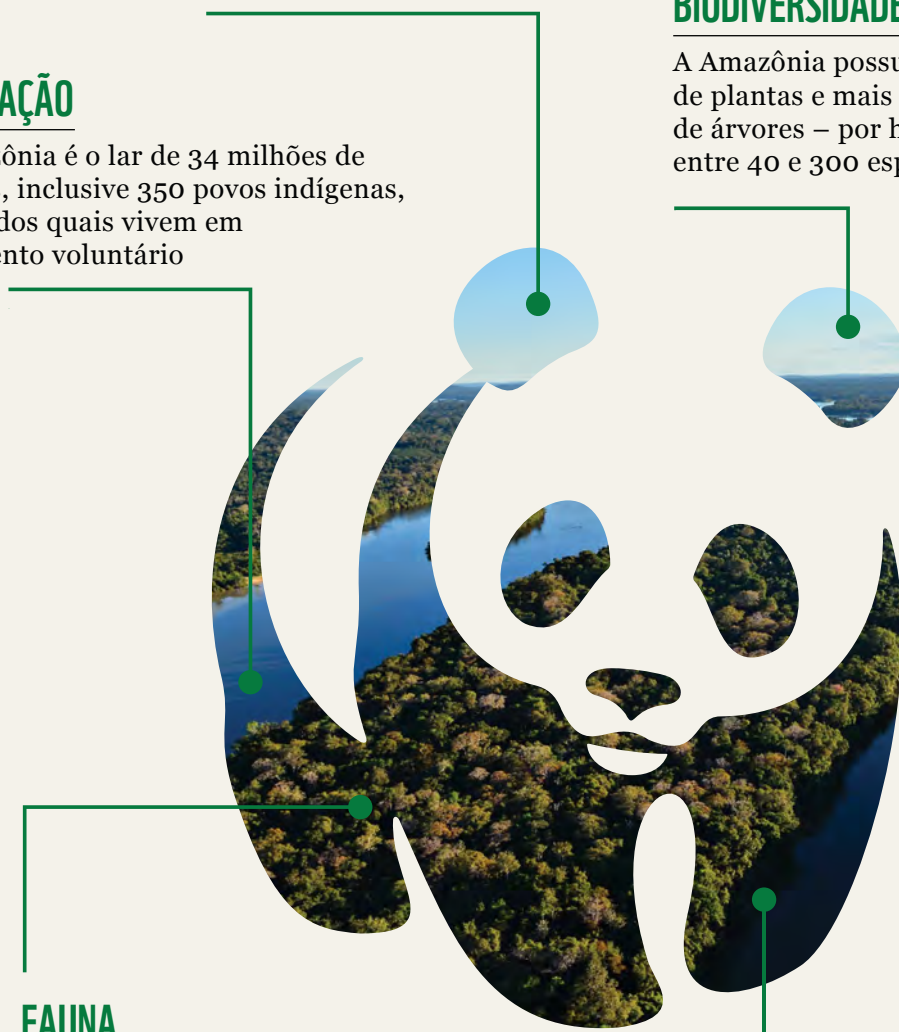
É a maior floresta tropical úmida do mundo e inclui a maior bacia hidrográfica do planeta

## POPULAÇÃO

A Amazônia é o lar de 34 milhões de pessoas, inclusive 350 povos indígenas, alguns dos quais vivem em isolamento voluntário

## BIODIVERSIDADE

A Amazônia possui mais de 40 mil espécies de plantas e mais de 5 mil espécies de árvores – por hectare, são encontradas entre 40 e 300 espécies diferentes de árvores



## FAUNA

Boto, harpia, pirarucu e onça são algumas das espécies animais amazônicas mais conhecidas

## DESMATAMENTO

Nos últimos 40 anos, a Amazônia brasileira perdeu mais de 18% de sua cobertura florestal



### Why we are here

To stop the degradation of the planet's natural environment and to build a future in which humans live in harmony with nature.

[panda.org/lpr](http://panda.org/lpr)